

# por ■ sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano 4 ■ nº 17

**VULNERABILIDADE EXTERNA**

## **A 'blindagem' da economia brasileira**



**INCLUSÃO SOCIAL**  
**O fôlego da  
economia  
solidária**

**JULITA LEMGRUBER**  
**“Segurança pública  
é responsabilidade  
de todos”**

**FUNCIONALISMO FEDERAL**  
**Pela moralização  
do serviço  
público**

# Visite o Portal SINAL



Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

Depende de você aumentar a força  
**Filie-se ao Sinal!**

Fale conosco | Mapa do site | Home

ÍNDICE | SINAL | SERVIÇOS | INFORMATIVOS | CLASSIFICADOS

**FILIADOS**  
Matricula:   
Senha:    
Não tem ou esqueceu a senha?

Busca:   
 Portal Sinal  
 Google

**PASBC**

**BOCA NO TROMBONE**

**DIRETO NA FONTE**  
Seu IR  
CEF - Seu saldo de FGTS  
Detran  
Fórum Social Mundial  
Sebrae

Quarta, 09 de Agosto de 2006

**DESTAQUE** ✓  
**XXI AND**  
Jaboticatubas - MG  
24 a 27/08/2006

Quem tem boca  
Saiba tudo aqui  
Jaboticatubas-MG

**ENQUETE**  
**O Presidente Lula propôs, nesta semana, a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte para a votação da reforma política. Você considera isso necessário?**

Sim, desde que se realize um plebiscito prévio que aprove a medida.  
 Não, a reforma política deve ser feita através de emenda constitucional.  
 Não tenho opinião formada sobre o assunto.

Resultado Parcial | Resultados Anteriores

**PERGUNTAS FREQUENTES**

- ▶ Novo Grupo da Ação dos 28.86% **Novo**
- ▶ Reforma da Previdência
- ▶ Plano de Contribuição Definida - Centrus
- ▶ FGTS - Planos Econômicos
- ▶ IR/Centrus
- ▶ FGTS - Bresser

**por sinal on-line**

- ▶ Mais ataques e brigas...
- ▶ PF prende 35 doleiros, em SP, Minas e Goiás
- ▶ Monotonia eleitoral
- ▶ Economia vive o melhor momento, diz André Esteves
- ▶ Operação Dominó
- ▶ Melhor é conviver com o câmbio flutuante
- ▶ Aperto monetário aplicado pelo BC foi na dose certa, avalia estudo do Ipea

**INFORMATIVOS**

- ▶ **Apito Brasil (8/8/2006)**  
Concurso do cartaz para a XXI AND: entrega do prêmio
- ▶ **Informe Ativo (8/8/2006)**  
A você, pai funcionário do BC, a homenagem do SINAL

**Movimento Nacional em defesa do Estado Brasileiro**

**Ações Judiciais**

**Campanha Salarial 2005**

**Centro de Atividades PRC**

**Macro- Nota Pessoal**

**Lavagem de Dinheiro**

**por sinal Revista n°16**

**Colunas**

**Concurso - BACEN**

**Correio**  
Receba o correio SINAL em sua caixa postal

[www.sinal.org.br](http://www.sinal.org.br)

# Uma edição igual, mas diferente.

A edição 17 da **Por Sinal** chega ao leitor com os ingredientes que a tornaram um sucesso: matérias bem elaboradas, foco nas questões ligadas ao Banco Central e ao sistema financeiro, diagramação criativa e preocupação constante com a defesa do interesse público.

**“A ‘blindagem’ da economia brasileira”.** O Brasil resiste a um choque externo?” Boa pergunta. Tão boa que mereceu uma matéria investigativa.

**“Pela moralização do serviço público”:** palavra de ordem tão falada e tão pouco praticada pela classe política nacional! Mostramos como o Sinal está colaborando para debelar o vírus da corrupção no Estado.

**“O fôlego da economia solidária”** surpreende ao desvendar uma forma inteligente de se fazer negócios dentro do sistema capitalista e incluir um exército de 10 milhões de trabalhadores na economia.

**“O fator previdenciário e a reforma da previdência”** é um artigo assombroso assinado pelo senador Paulo Paim. Assombra tanto pela qualidade da análise, como pelas assustadoras e péssimas notícias que traz. Há quanto tempo não temos o que comemorar na área previdenciária?

**“STF decide em defesa do cliente bancário”** retoma e, aparentemente, dá um fecho na questão, já

abordada na revista. O epílogo foi positivo: os consumidores sairão ganhando.

**“Democracia e voto no Brasil: o difícil acesso às urnas”** percorre o tortuoso caminho que permite a mais de 100 milhões de brasileiros votar. Nosso brilhante condutor: o colega Luis Carlos de Fortaleza.

Se tudo está igual, cadê a diferença? A entrevista, leitor, a entrevista. Pela primeira vez abordamos a questão da segurança pública e da violência –, o tema social que mais preocupa a sociedade atualmente –, ao entrevistar a socióloga Julita Lemgruber, diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, no RJ. “Segurança pública é responsabilidade de todos” e, segundo Julita, pode ser gerenciada se houver vontade política e o emprego dos métodos adequados.

Por fim, uma boa notícia. Repetindo exitosa experiência de 2002, estamos preparando uma edição especial da Por Sinal com os quatro candidatos à Presidência da República que lideram o ranking das pesquisas – Lula, Alckmin, Heloísa Helena e Cristovam Buarque. As perguntas foram formuladas pelo conselho editorial da revista e agrupadas em torno de seis grandes temas: inclusão social, política economia, papel do Banco Central, reforma do Estado, reforma política e segurança pública. 

**Sinal** Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

**Por Sinal**

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários  
do Banco Central do Brasil

**Conselho Editorial**

Alexandre Wehby, Daro Marcos Piffer,  
David Falcão, Gustavo Diefenthaeler,  
João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro,  
Orlando Bordallo Junior, Patrícia Cesário de Faria Alvim,  
Paulo de Tarso Galarça Calovi e Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SRTVS Quadra 701 - Conjunto L Loja 60 - Térreo  
Ed. Assis Chateaubriant – Cep 70.340-906 - Brasília - DF  
Telefone: (61) 3322-8208  
nacional@sinal.org.br  
www.sinal.org.br

**Redação**

Coordenação geral e edição: Flávia Cavalcanti (Letra Viva  
Comunicação)

Reportagem: Paulo Vasconcellos e Rosane de Souza

Fotos: Custódio Coimbra

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

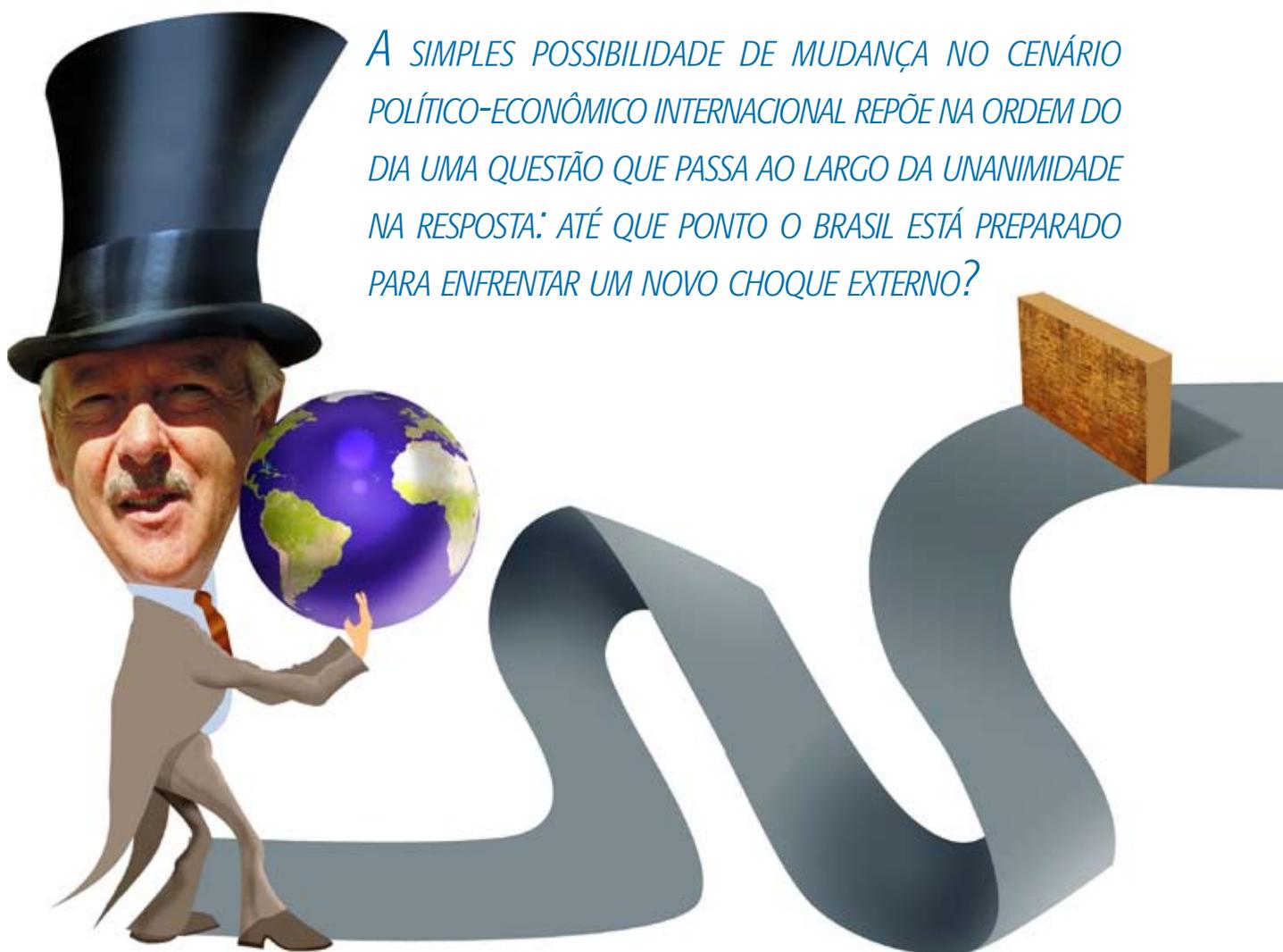
Esta edição e as anteriores estão disponíveis no site [www.sinal.org.br](http://www.sinal.org.br)



<b>Vulnerabilidade externa</b>	A 'blindagem' da economia brasileira	<b>Página 6</b>
<b>Funcionalismo Federal</b>	Pela moralização do serviço público	<b>Página 10</b>
<b>Inclusão Social</b>	O fôlego da economia solidária	<b>Página 14</b>
<b>Artigo</b>	Paulo Paim O fator previdenciário e a reforma da Previdência	<b>Página 18</b>
<b>Entrevista</b>	Julita Lemgruber /"Segurança pública é responsabilidade de todos"	<b>Página 20</b>
<b>Código do Consumidor</b>	STF decide em defesa do cliente bancário	<b>Página 30</b>
<b>Artigo</b>	Luis Carlos Paes de Castro Democracia e voto no Brasil: o difícil acesso às urnas	<b>Página 32</b>

# A “blindagem” da economia brasileira

*A SIMPLES POSSIBILIDADE DE MUDANÇA NO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO INTERNACIONAL REPÕE NA ORDEM DO DIA UMA QUESTÃO QUE PASSA AO LARGO DA UNANIMIDADE NA RESPOSTA: ATÉ QUE PONTO O BRASIL ESTÁ PREPARADO PARA ENFRENTAR UM NOVO CHOQUE EXTERNO?*



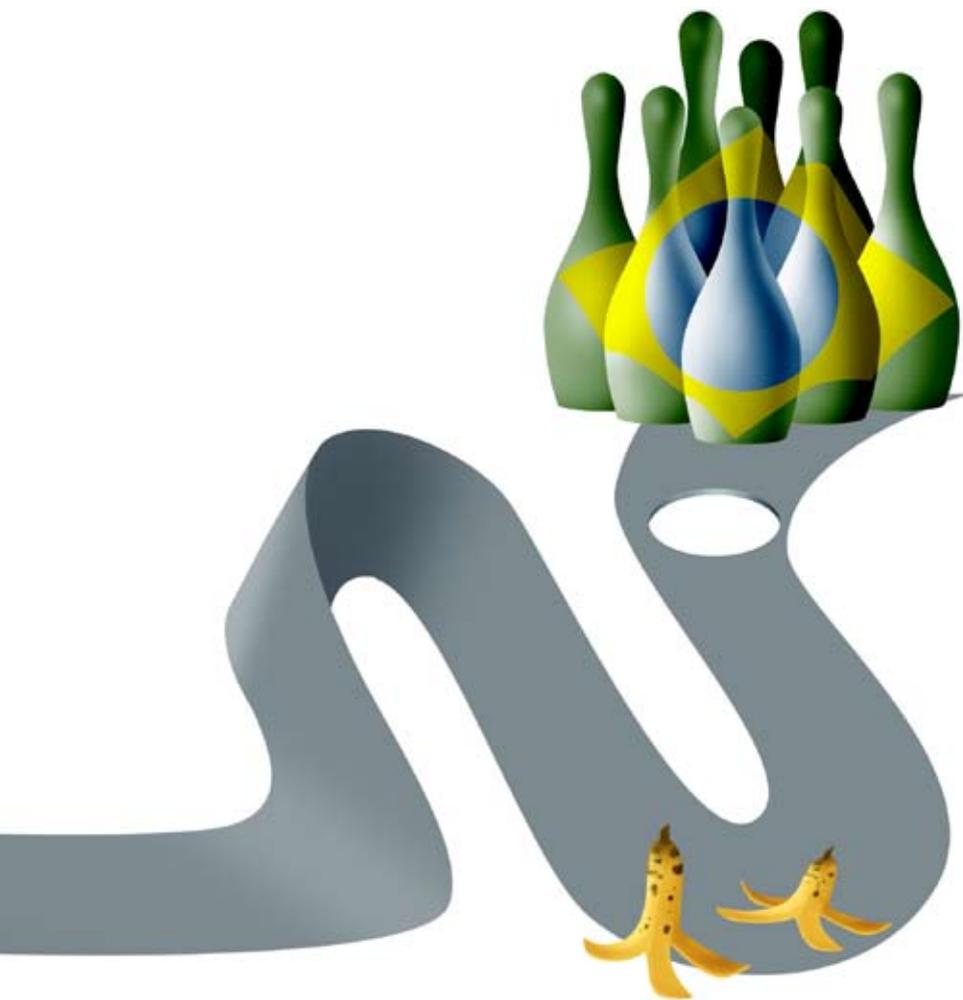
## PAULO DE VASCONCELLOS

O negócio da China foi crescer 11% ao ano. O Brasil ficou nos 2,9%, considerando a média dos últimos três anos. É um pouco acima do patamar da década: 2,5% de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB). Com o resultado previsto para 2006, de 3,5%,

a média deve chegar aos 3,2%. Dá menos da metade de uma Argentina. Enquanto os bons ventos da economia internacional sopraram a favor, o PIB argentino aumentou cerca de 7%, em média, nos últimos anos.

Os motivos que levaram o Brasil a ter um desempenho como se não passasse de um Haiti foram as altas taxas

de juros – que favoreceram a manutenção de uma elevada relação dívida interna/PIB, apesar do esforço fiscal que impediu o aumento do investimento público – e uma moeda sobrevalorizada – que segurou o crescimento das exportações. O país não surfou na onda de crescimento da economia mundial, mas o que faltou de desen-



volvimento no mercado interno pode ter sido compensado pela redução da fragilidade frente à possibilidade de um choque internacional.

### **Cenário mundial**

Os primeiros sinais de incerteza começaram a despontar no horizonte com um desaquecimento da economia americana. O quadro piorou com a instabilidade política no Oriente Médio. Suspeitas sobre o Programa Nuclear da Coreia do Norte, tratadas por parte da imprensa ocidental como se fossem balas de festim, tiveram na prática resultados de projéteis de grosso calibre: alarmaram o mundo e derrubaram as bolsas de valores. O preço do petróleo é o termômetro final. Hoje, já está em US\$ 78 o barril. Se subir mais, pode fre-

ar as economias mais dependentes do combustível – a americana à frente.

A perspectiva de que o quadro internacional mude para pior tem respaldo em vozes e entidades insuspeitadas. “Os perigos para a economia mundial são, hoje, mais sensíveis do que eram há pouco tempo”, avisou o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato. Ele mantém a previsão de um crescimento global de 5% para este ano, mas não desdenha do fato de que investidores e operadores do mercado mundial continuarão a avaliar as perspectivas e a tomar decisões motivados, em grande parte, pelo temor.

O relatório trimestral do Banco de Compensações Internacionais (BIS) detectou a mudança de humor. A possibilidade de elevação dos juros no mundo

rico, como o que vinha sendo praticado pelos Estados Unidos, cria condições para o esfriamento da economia mundial. Um ponto é certo, avisa o relatório: em um cenário assim, o dinheiro será menos farto para os emergentes.

O processo de ajuste dos grandes desequilíbrios internacionais, uma espécie de eufemismo forjado pelo economês para uma nova crise do neoliberalismo, parece questão de tempo. Um relatório de junho do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do Ministério do Planejamento, já alertava que as turbulências observadas nos mercados internacionais no fim do primeiro semestre sugerem que pode estar chegando ao fim o ambiente verificado nos últimos três a quatro anos de forte expansão do produto mundial, elevada liquidez e preços sistematicamente crescentes das commodities.

O documento ressalva que isso “não implica, em absoluto, que o mundo esteja na iminência de uma grande crise” e que a “percepção de que a economia encontra-se hoje bem menos vulnerável que em outros momentos de instabilidade externa está bastante disseminada e tem raízes concretas”. Ainda assim, chama a atenção para a influência que o excesso de liquidez internacional teve sobre o desempenho externo da economia brasileira.

O documento não esconde três fatores de ameaça para o Brasil. Um deles é que “a janela de oportunidade para um crescimento mais vigoroso pode estar se fechando, sem que o país tenha aproveitado devidamente o ciclo de bonança que o mundo viveu nos últimos anos”.

Outro: a tendência é o mercado “corrigir ligeiramente (para cima) o cenário de taxa de juros de médio prazo”. Por fim, que o novo quadro “deveria levar o Brasil a uma tomada de maior consciência acerca do risco fiscal que ainda não desapareceu do horizonte”.

Menos cauteloso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso de lançamento da campanha à reeleição, foi enfático. “Acabou o tempo em que um leve resfriado nos mercados globalizados significava uma grave pneumonia no Brasil”, afirmou. “Agora o país tem uma economia sólida, capaz de garantir o crescimento de forma sustentada e com forças para resistir aos solavancos externos”, reforçou Lula.

Ao mirar no que quis ver, o choque cambial de 1999 do governo Fernando Henrique Cardoso, o presidente acertou também no que prefere não enxergar: a política econômica de seu primeiro mandato se sustentou em bases que em boa parte repetiam as da gestão anterior. O ajuste promovido pelo governo Fernando Henrique logo depois da reeleição de 1998, tratado pela oposição da época como estelionato eleitoral, não passava de mais um pacote fiscal para, supostamente, resolver os problemas de balanço de pagamentos e de fuga de capitais para o exterior.

No primeiro governo tucano, atrelou-se a estabilidade de preços a aberturas comercial e financeira que levaram a uma dependência perigosa do capital especulativo internacional com a sobrevalorização do real. Resultado: em menos de quatro anos, a dívida interna havia aumentado em 400% e o

país enfrentava um dos maiores desequilíbrios macroeconômicos de sua História. O Brasil voltaria a quebrar uma segunda vez, em 2002, por conta do acúmulo do déficit em conta corrente e do aumento da dívida externa, que chegou a US\$ 210,7 bilhões.

### **Indicadores favoráveis**

É verdade que os números melhoraram. Alguns dos principais indicadores de vulnerabilidade externa mudaram de patamar. De um déficit de US\$ 7,637, em 2002, passou-se a um superávit de US\$ 14,199 bilhões nas contas externas – juros da dívida, balança comercial, lucros e dividendos, viagens internacionais e transferências unilaterais –, em 2005. No mesmo período, as exportações dobraram: de US\$ 60,361 bilhões para US\$ 118,318 bilhões. O saldo da balança comercial passou em quatro anos de US\$ 13,121 bilhões para US\$ 44,757 bilhões.

A curva dos investimentos estrangeiros diretos (IDE) também ingressou em uma era de estabilidade aparentemente sustentável. Eram da ordem de US\$ 16 bilhões, em 2002, baixaram para US\$ 10 bilhões, em 2003, deram um salto para US\$ 18 bilhões, em 2004, e atingiram US\$ 15 bilhões, em 2005. A expectativa é que fechem este ano novamente nos US\$ 18 bilhões.

De acordo com o Banco Central, a dívida externa total, pública e privada, baixou dos US\$ 210,7 bilhões, em 2002, para US\$ 156 bilhões, em julho deste ano. A dívida externa pública, que chegava a US\$ 125 bilhões em dezembro de 2002, hoje não passa da metade, ca-

bendo ao setor privado mais de US\$ 90 bilhões. As reservas internacionais evoluíram de US\$ 38 bilhões – se não for contabilizado um empréstimo-ponte do FMI no fim de 2002 era de apenas US\$ 16 bilhões – para US\$ 70,8 bilhões em agosto de 2006, ainda segundo o BC.

A inflação está sob controle, com projeção de fechar 2006 em 3,73%, contra os 12,5% de quatro anos atrás, numa queda de quase nove pontos percentuais. A taxa básica de juros, uma das armas da política inflacionária, caiu à metade. Fechou julho em 14,75%, contra 18% em dezembro de 2005 – 10,25 pontos a menos que em 2002. Até a auto-suficiência petrolífera do Brasil seria um trunfo frente a uma eventual disparada mundial na cotação do petróleo.

Tudo isso, aliado ao propalado desempenho interno do governo, de geração de emprego e renda ajudam a compor um cenário mais favorável para o país em caso de um choque internacional. A questão, nessa altura, é qual a capacidade de resistência da blindagem do Brasil? A resposta escapa à unanimidade – até porque dependeria, entre outros fatores, do tamanho do choque da economia internacional.

Para o economista Dércio Garcia Munhoz, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), o Brasil ainda está muito vulnerável. “Quando houve a crise da Rússia e a dos países asiáticos, dizia-se que estávamos sofrendo as conseqüências de um modelo de estabilização. Nossa situação, então, era periclitante. Não por causa do que estava ocorrendo no mundo, mas porque éramos devedores crescentes, e

ninguém pode ser um devedor continuamente”, lembra o professor.

“Alguns países aprenderam com a crise de 1998, mas este não parece ter sido o caso do Brasil”, completa João Sicsú, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Quase todos estabeleceram controle de capitais e elevaram as reservas. A Malásia, que tinha pouco mais de US\$ 20 bilhões de reservas, hoje acumula mais de US\$ 90 bilhões. A Coreia do Sul passou de US\$ 29 bilhões para US\$ 600 bilhões em oito anos. Não só está blindada, como guardou munição para o caso de choque.”

Mais otimista, o professor de Economia Internacional da Universidade de Fortaleza e servidor do BC Henrique Jorge Marinho acredita que o Brasil está numa situação bastante confortável, em relação à sua vulnerabilidade externa, comparativamente ao período de 1999/2002. “A blindagem é confortável, desde que uma crise internacional não atinja as principais economias, como Estados Unidos, União Européia e Japão. Aí, sim, a queda seria contaminada por todos os países, inclusive os emergentes e, é claro, o Brasil.”

“Desde a redemocratização, a eleição deste ano é a primeira do país sem crise econômica. Em 1989 e 1994, o Brasil enfrentava a hiperinflação. Em 1998 e 2002, crises cambiais. O próximo presidente, pela primeira vez, não terá que reorganizar a bagunça do governo anterior”, endossa o economista José Prata Araújo. “A principal conquista do governo Lula foi o acerto das contas externas. Nesse ponto, o país encontra-se na sua melhor situação desde 1947.”



“ A janela de oportunidade para um crescimento mais vigoroso pode estar se fechando, sem que o país tenha aproveitado devidamente o ciclo de bonança que o mundo viveu nos últimos anos”.

RELATÓRIO DO IPEA – JUNHO DE 2006

### Mistura explosiva

Nem todas as arestas, porém, estão aparadas. A dívida interna continua sendo um fardo. Ela ainda se mantém em um patamar em torno de 50,3% do PIB, mas controlada e decrescente a médio prazo, por conta dos constantes superávits primários, em torno de 4,25% do PIB, e da redução da taxa Selic, que baixou de 19,75%, em agosto do ano passado, para 14,75%, em julho deste ano. Se se observar que metade da dívida interna total líquida do setor público, que até junho de 2006 já tinha chegado a R\$ 1 trilhão, é indexada à Selic, cada redução da taxa básica de juros representa, no médio prazo, uma redução proporcional da dívida.

Também aí houve avanços. Em 2003, a dívida interna estava indexada ao dólar em cerca do 30%. Nos últimos três anos, foi toda ela trocada por real. A desdolarização reduziu o grau de vulnerabilidade da dívida interna. Além do mais, o Brasil pagou toda a dívida externa que tinha com o FMI e com o Clube de Paris e resgatou os Bradies – títulos da época da renegociação da dívida externa, depois do calote de 1987. A eco-

nomia com o pagamento do empréstimo com o FMI foi de US\$ 900 milhões, apenas com os juros.

O dilema indecifrável para a bola de cristal dos economistas é que mudanças na conjuntura internacional podem provocar outras alterações. A mais sentida costuma ser na taxa de câmbio. Se é certo que a valorização cambial barateia os produtos importados e ajuda no combate à inflação, o que abre o caminho para o Comitê de Política Monetária (Copom) reduzir a taxa Selic a uma velocidade maior, também é inegável que as exportações de um país são estimuladas por meio de uma moeda mais competitiva.

Câmbio sobrevalorizado e juros elevados formam uma mistura explosiva. Ajustá-los à medida certa é o desafio apontado por todos. A ameaça embutida no desequilíbrio pode ser o país acabar numa situação de crise cambial, pressão inflacionária, explosão da taxa de juro e queda do nível de atividades. É o choque. Ele pode não estar à vista, mas, pelo menos no meio acadêmico, já se aprendeu que historicamente choque não manda aviso. 

# Pela moralização do serviço público

*ENTIDADES SINDICAIS SE UNEM PARA COMBATER A CORRUPÇÃO E O CLIENTELISMO NA MÁQUINA ESTATAL*

O Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão indicava que até junho do ano passado o quadro de pessoal do governo federal somava 501.681 funcionários. Pouco mais de 79 mil entraram nos últimos dez anos (1995 a 2005) pela porta da frente do concurso público. Mas 19.729, quase 4%, ocupavam cargos DAS, que atendem a indicações políticas. Outros 67.977, correspondentes a 13,5%, eram de funções comissionadas. Desses quase 20%, boa parte entregue a quem ocupa cargos sem compromissos com a carreira de servidor público.

O boletim não faz referência às terceirizações. A modalidade foi criada na reforma do Estado no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. O que não sucumbiu à onda de privatizações de estatais acabou entregue a empresas prestadoras de serviço. A contratação de mão-de-obra terceirizada abriu uma brecha que acabaria por se constituir numa ameaça à gestão pública, tanto pela ausência de garantias de qualidade dos serviços, quanto pela baixa eficiência dos métodos de contratação de empregados.

A terceirização começa a dar sinais



de arrefecimento ao final do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Ações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público ajudaram a pôr um freio na distorção, mas não o bastante para evitar a constatação de que

ela ainda constitui um corpo estranho no governo federal. "A terceirização é uma praga que se alastrou por todo o serviço público e se tornou difícil de controlar", afirma Sérgio da Luz Belsito, ex-presidente do Sinal.

O exemplo é evidente no Banco Central. Apenas o Departamento de Informática do BC abriga cerca de mil prestadores de serviço terceirizados. Outras funções estratégicas de Estado também estão nas mãos de servidores não-concursados. Áreas jurídicas de estatais e da administração direta foram entregues a escritórios privados.

O caso mais recente do risco a que estão expostos o Estado e as instituições democráticas pode ser exemplificado pelo vazamento de uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Armas de 10 de maio deste ano. Advogados e um ex-prestador de serviços, que trabalhava na Câmara dos Deputados por meio de empresa terceirizada, foram indiciados criminalmente por liberar informações sigilosas ao Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável pela crise que abalou a segurança pública em São Paulo com uma onda de violência que se espalhou das penitenciárias dos estados às ruas da maior cidade brasileira.

Nem as lentes embaçadas das boas intenções podem identificar no quadro atual algo que se aproxime do discurso do então ministro do Planejamento Guido Mantega, na abertura de um fórum com servidores públicos, em 16 de junho de 2003.

“É preciso um Estado forte, eficiente e capaz de promover a melhoria das condições de vida da população brasileira e de diminuir as desigualdades sociais”, defendeu Mantega. “Mas o

que se viu nos governos passados é que uma parte do Estado foi desmontada, parte das empresas brasileiras foi privatizada e houve uma tentativa de desmobilizar o funcionalismo público federal, relegando-o a uma posição subordinada e a um papel marginal.”

Mantega, que acabaria deslocado para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e depois para o Ministério da Fazenda, propôs no encontro o que chamou de Agenda Positiva para tornar o funcionalismo parceiro do governo a partir de 12 pontos, entre eles, a recomposição da força de trabalho do setor público; o redesenho dos sistemas de remuneração, cargos, carreiras, benefícios e concursos; a capacitação técnica e gerencial permanente de servidores; e a interlocução, participação e atendimento ao cidadão com conduta ética transparente.

### **Em defesa do Estado**

Nada muito diferente do que defende o Movimento em Defesa do Estado Brasileiro, lançado em maio deste ano, na Câmara Federal, em Brasília, por entidades representativas do funcionalismo. O movimento tem um desafio do tamanho do país: restaurar as carreiras do serviço público e valorizar o servidor aprovado em concurso num Estado minado por raízes patrimonialistas e instrumentalizado politicamente pelo clientelismo.

“Apenas com carreiras de Estado bem estruturadas e instrumentadas poderemos implementar as mudan-

---

“Apenas com carreiras de Estado bem estruturadas e instrumentadas poderemos implementar as mudanças pelas quais clama a sociedade brasileira. Defendemos uma drástica redução do número de cargos DAS ocupados por servidores não-concursados.”

---

ças pelas quais clama a sociedade brasileira. Defendemos uma drástica redução do número de cargos de indicação político-partidários (os DAS) ocupados por servidores não-concursados, assim como do número de vagas terceirizadas. Defendemos o processo eleitoral e o concurso público como únicas formas legítimas de inserção na máquina governamental”, prega o manifesto do Movimento.

“Só valorizando o servidor será possível atender às demandas do cidadão”, defende Paulo Antenor de Oliveira, presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal (Sindireceita), uma das entidades signatárias do Movimento. “Estamos propondo uma discussão sobre o Estado e o serviço público que o cidadão precisa e deseja.”

“A atuação sindical no serviço público vem passando por transformações importantes do ponto de vista da cidadania. Os movimentos reivin-

dicatórios ampliaram a sua visão a partir da percepção de que, no embeate patrão/empregado, a sociedade é o principal interessado. Assim, fica claro que ao contribuinte-cidadão importa saber que o seu imposto retorna em serviços de qualidade, que a instituição pública está voltada para o seu interesse e que o servidor público precisa ser reconhecido e valorizado”, diz David Falcão, presidente do Sinal, uma das 12 entidades fundadoras do Movimento Nacional em Defesa do Estado Brasileiro. “No Banco Central, o marco dessa virada veio na reestruturação de 1999, quando ficou claro para o Sinal que o encolhimento das atividades da instituição fazia parte de um movimento mais amplo, iniciado no começo da década com o governo Collor, sob a égide do ‘Estado mínimo’. A reação a esse desmonte reforçou a visão de que não basta brigarmos por salários apenas: a defesa do serviço e do servidor público é uma questão de Estado e, sob o aspecto da cidadania, objeto da luta sindical.”

Os próximos passos prevêem o lançamento do Movimento em Defesa do Estado Brasileiro no Senado Federal, uma mobilização por todas as capitais brasileiras, além de um seminário em setembro reunindo as entidades representativas das carreiras típicas de Estado. A intenção é abrir o diálogo com o governo e com os parlamentares em torno do fortalecimento do Estado e da melhoria de serviços essenciais, como saúde pública, segurança e educação.

“Mas, antes, é preciso conseguir

## BC, um caso exemplar

Nem tudo está perdido. A sucessão de escândalos de corrupção no governo, o aumento patrimonial crescente de congressistas sob suspeita e a contaminação epidêmica que parece se espalhar pela administração pública nem mancharam a todos assim, nem ficaram tão impunes como parecia a mesmice das manchetes de jornais.

A primeira constatação é consequência da segunda. Nenhum dos servidores do Banco Central em cargos DAS aparece na extensa lista do Mapa da Punição, traçado pela Controladoria-Geral da União (CGU). O estudo, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, revela que 1.574 servidores foram punidos de janeiro de 2001 a maio deste ano.

A média mensal de sanções chegou a 24,2 – quase uma para cada dia do mês. Do total, 1.248 foram demissões sumárias. O INSS, a área de educação, a Fundação Nacional de Saúde e a Polícia Rodoviária Federal deixaram para trás até os Correios – um dos berços dos acordos que culminariam com o Mensalão.

Engrossam as estatísticas instituições que tomaram a iniciativa de cortar na carne para se livrar da mancha dos desvios de conduta. É o caso da Polícia Federal. A Operação Cerol atingiu em cheio o poder de dois ex-superintendentes da PF do Rio de Janeiro. Desde o governo Lula, nada menos de 63 policiais federais foram fazer companhia nada abonadora a 3.020 pessoas presas em operações da própria corporação.

“A postura da administração pública federal de demitir quem comete irregularidades valoriza o bom funcionário e reforça a tese de que o Estado pode contar com um corpo funcional de qualidade e de credibilidade”, diz o presidente do Sinal-São Paulo, Daro Piffer. Para ele, o trabalho divulgado pela CGU atesta a qualificação dos funcionários do Banco Central.

A política do BC, de reservar os cargos comissionados a servidores concursados, está em sintonia com a posição do Sinal. Mais concursos públicos e planos de carreira para o funcionalismo, com melhores salários para os servidores concursados, são sinônimos de menos corrupção na administração pública.

a adesão da sociedade para a solução de um dilema em que ela é a parte mais interessada”, defende Fernando Antunes, presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon), que também integra o Movimento. “Um

dos retratos mais cruéis da deterioração do serviço público é a fila nos postos de saúde ou nas repartições estatais. Ela representa o oposto do serviço público. É antes de tudo um sinônimo de descaso da administração com a sociedade.” 

# A vida em primeiro lugar



## Seguro de Vida em Grupo e Vida Master *Solidez, Segurança, Garantia e Confiança*

Nossas apólices cobrem hoje mais de 6.000 vidas, com o melhor custo/benefício do mercado e a garantia FENASBAC. Nos últimos 3 anos foram pagos mais de R\$ 5 milhões em indenizações.

Hoje o capital segurado supera R\$ 340 milhões, sendo R\$ 13 milhões do "VIDA MASTER" destinado a pessoas de 65 até 80 anos, produto de alto custo e difícil obtenção no mercado, mas que, com a parceria da ICATU-HARTFORD Seguros conseguimos operacionalizar.



Maiores Informações:

FENASBAC - Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central  
SBS • Quadra 2 • Bloco A • Ed. Casa de São Paulo • 7º andar • Brasília/DF  
fenasbac@fenasbac.com.br • www.fenasbac.com.br  
Fone (61) 33231055 • Fax (61) 32268189

# O fôlego da economia solidária

*REDE DE EMPREENDIMENTOS SE AMPLIA E HOJE SUSTENTA MAIS DE 10 MILHÕES DE BRASILEIROS*

**ROSANE DE SOUZA**

Oito milhões de brasileiros estão desempregados, indicam estatísticas conservadoras do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outros 2,5 milhões fugiram do país em busca de oportunidades de trabalho, de acordo com estudo de Marcio Pochmann, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Segundo o economista, de cada dez estudantes que se formam, dois saem do Brasil. E para cada trabalhador analfabeto desempregado em São Paulo, há pelo menos três de nível universitário.

É dentro desse quadro de exclusão da economia, com a precarização dos contratos de trabalho e o conseqüente aumento da informalidade, que a economia solidária vem ganhando fôlego no país, tornando-se um importante

instrumento de geração de emprego e renda. É o que revela o *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, lançado recentemente pelo Ministério do Trabalho, com base em pesquisa realizada em 2.274 municípios – ou 41% das cidades brasileiras. Os números impressionam: 1,25 milhão de pessoas vivem dos rendimentos obtidos em 14.954 pequenos empreendimentos e sustentam mais de 10 milhões de brasileiros. Esses empreendimentos, em sua maioria, estão localizados nos estados do Nordeste (44%); Sul (17%); Sudeste (14%); Norte (13%); e Centro-Oeste (12%). De forma sintomática, a economia solidária cresce a partir da década de 1990 – aproximadamente 80% dos empreendimentos foram criados até 2005 –, anos que pare-

cem ter sido suficientes para que milhares de brasileiros deixassem de ter a identidade de assalariados.

## **Expansão do crédito**

O censo desse modelo de economia, que muitos insistem em desprezar, feito pela Secretaria de Economia Solidária, órgão ligado diretamente ao Ministério do Trabalho, detectou, também, uma enorme expansão de entidades de apoio. Hoje, há R\$ 200 milhões disponíveis para a utilização no microcrédito orientado para a produção, dos quais R\$ 51,5 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) con-





tratados desde 2004. Este ano, a previsão é de empréstimos no valor de R\$ 28 milhões. Até o ano de 2008, os recursos disponíveis serão da ordem de R\$ 170 milhões. Pelo menos, três empresas de autogestão, mantidas pelos empregados após a decretação de sua falência pelos antigos proprietários, receberam financiamento do banco. A Uniforja, por exemplo, pediu e levou um empréstimo no valor de R\$ 10 milhões, recentemente (ver quadro na página seguinte).

O diretor da área de Inclusão e de Crédito do BNDES, Elvio Gaspar, está

convicto de que começa a se delinear no país uma política clara de mecanismo de crédito para os pequenos empreendimentos. "Não sei se será a redenção, mas, certamente, o microcrédito vai avançar, e muito, pois ainda não deu os frutos que deveria", diz. Gaspar acredita, porém, que os pequenos empreendimentos enfrentam problemas bem mais graves do que a falta de dinheiro: "Os mais sérios são de gestão, treinamento, tecnologia, vendas e gerenciamento."

Do lado do BNDES, o desafio é reduzir dos atuais R\$ 1 milhão o patamar mínimo de empréstimo aos agentes de crédito, para incentivar a sua expan-

são no mercado brasileiro. Em maio, o banco fez um convênio no valor de R\$ 2,5 milhões com o Ministério do Trabalho, com o objetivo de capacitar as instituições financeiras envolvidas com o microcrédito produtivo. O convênio vai fortalecer cerca de 50 instituições de operadoras de microcrédito no país, possibilitando exatamente que o programa do banco tenha uma carteira de operações mais abrangente, com alcance nacional. Para essas operadoras, o BNDES empresta a taxas de pai para filho: 7,5% de taxas de juros de longo prazo (TJLP) mais 1,5% ao ano de *spread* do banco. Em alguns casos, o banco renuncia ao *spread*, a fim de baratear o dinheiro na ponta. "Para as instituições, os juros são mínimos, algo em torno de 0,3% ao mês", afirma Gaspar. Na ponta, eles ainda são salgados para muitos pequenos empreendedores: 4% ao mês, mais taxa de abertura de crédito. O valor máximo do empréstimo ao empreendedor é de R\$ 10 mil.

### Um modelo alternativo?

De acordo com o Atlas da Secretaria de Economia Solidária, metade dos empreendimentos solidários atua exclusivamente na área rural, 33% agem exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na urbana. A maior parte está organizada em forma de associação (54%); grupos informais (33%); organizações cooperativas (11%); e outros tipos de organização (2%).

Os produtos e serviços da economia solidária destinam-se predomi-

nantemente aos espaços locais, com 56% dos empreendimentos vendendo ou trocando produtos e serviços no comércio local comunitário e/ou em comércios municipais. Apenas 7% destinam seus produtos para outros pontos do país. Mas há até quem exporte: as transações comerciais com outros países são feitas por 2% dos empreendimentos solidários.

“Hoje, 50% dos brasileiros em idade de trabalhar não se identificam mais com o perfil de assalariado”, afirma Dione Manetti, da área de fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Segundo ele, quem vive da economia solidária teve de construir uma nova identidade, a partir da desestruturação do setor industrial brasileiro, devido ao processo de privatização das estatais e às mudanças na economia mundial. Ele está convicto de que a economia solidária é um novo modelo de construção coletiva capaz de oferecer condições de uma vida digna para o conjunto da humanidade, sem subordinação de uns pelos outros. “É um processo irreversível, porque o sistema capitalista não sinaliza nenhuma mudança”, avalia.

Essa não é, porém, a opinião do professor Chico de Oliveira, que mostra completo descrédito sobre a criação de uma economia solidária dentro do capitalismo. “Na verdade, este é um nome novo para uma velha aspiração socialista. Só que esta era encarada como um novo modo de produção, enquanto a economia solidária busca resolver o problema dentro do capitalismo.” Para o professor da USP, cooperativas não

resolvem o problema do desemprego, ou melhor, resolvem-no barateando o trabalho para o capital, aumentando o excedente para o capital, em vez de melhorar as condições do trabalhador. “É como uma volta ao pré-industrialismo inglês, com o *putting out*: trabalha-se em casa, trabalha-se por peça e, com isso, reduz-se o custo do traba-

lho para o capital. As cooperativas, as formas autogestionárias e tudo que se assemelhe produzem para o entorno capitalista em que estão inseridas. Não é uma alternativa real, mas apenas uma variante. Piedosa, certo, mas implausível como solução.”

À frente da Secretaria de Economia Solidária, o economista Paul

## O mapa da solidariedade

**Boa parte dos produtos de origem solidária já tem seu espaço no mercado – nacional e internacional – e muitos se estruturam em cadeias produtivas, o que facilita sua visibilidade e comércio. Dos quase 15 mil empreendimentos catalogados no Mapa da Economia Solidária, apenas 825 produzem exclusivamente para consumo próprio dos associados, ou seja, 5% do total.**

**Algodão** – Uma iniciativa de trabalhadores do setor têxtil exemplifica bem o funcionamento dessas cadeias produtivas. Conhecida como cadeia do algodão agroecológico, ela reúne os produtores da Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (Adec), do Ceará, que organiza a produção do algodão orgânico, e os trabalhadores da Cooperativa Nova Esperança (Cones), no município de Nova Odessa, e da TêxtilCooper, de Santo André, em São Paulo, que produzem o fio de algodão e o transformam em tecido.

O ciclo é completado pelos cooperados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, organizados na Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens), que produzem as roupas, e a Cooperativa Assai, da Região Amazônica, que faz o tingimento e o adorno das peças da grife Justa Trama.

**Vinhos** – Outro setor que tem rendido bons frutos é o das cooperativas vinícolas. São produtores solidários do Sul do país, que produzem vinho da uva, e do Norte, que fabricam o vinho de açaí. No Piauí, produz-se o vinho de caju e a cajuína e no Rio de Janeiro, o de jabuticaba.

Essas cooperativas têm faturamento mensal de mais de R\$ 800 mil. Os destaques são a Cooperativa Vinícola Linha Jacinto, de Farroupilhas (RS), com 480 mil litros/mês; a Cooperativa Agropecuária Santa Ana Ltda., de Antônio Prado (RS), com 75 mil litros/mês; a Associação de Produtores de Vinho da Terra da Longevidade, de Veranópolis (RS), com 29 mil litros/mês; e a Cooperativa Familiar Agroindustrial Sul-Catarinense, de Urucanga (SC), com 30 mil litros/mês.

**Mineração** – O setor de mineração também surpreende pelos números. São 39 cooperativas solidárias, que comercializam areia, argila, brita, calcário, pedras pre-

ciosas, ouro e carvão mineral, com faturamento mensal de R\$ 1,9 milhão.

**Empresas recuperadas** – É na autogestão de empresas recuperadas por trabalhadores, porém, que a economia solidária mostra que é bem mais poderosa do que muitos supõem. Em Santa Catarina, a cooperativa de carvão mineral Cooperminas, de Criciúma, produz há 18 anos pelo sistema de autogestão.

A Cooperminas surgiu após a crise que culminou no fechamento da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA). Hoje, após várias dificuldades para seu funcionamento, ela ajuda a outras iniciativas autogestionárias e dá prioridade às demais empresas de economia solidária quando necessita comprar insumos.

A Uniforja, em Diadema (SP), que atua no setor de metalurgia, engloba quatro cooperativas remanescentes da Conforja, que, em 1970, era a maior forjaria da América Latina. A Uniforja integra a Rede Nacional de Cooperação Industrial (Consórcio Renaci), que ocupa 1.350 trabalhadores e é composta ainda pela Cooperativa Mineira de Equipamentos Ferroviários (Coomefer), Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba (Geralcoop), Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma (Coopermetal) e o Consórcio Ecomineral, de soluções ecológicas para o setor.

Com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os empregados adquiriram a massa falida da Uniforja, que hoje conta com mais de 500 trabalhadores, dos quais 262 sócios e 304 assalariados. A Uniforja agrega outras quatro cooperativas, que funcionam no mesmo espaço: a Coopertratt (tratamento térmico), Cooperlafe (laminados), Cooperfor (forjados) e Coopercon (conexões e tubos).

No Brasil, a Uniforja detém 70% do mercado e exporta para os Estados Unidos, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile. As empresas da Renaci fabricam vagões e truques ferroviários, equipamentos industriais, navios, torres eólicas, fornos, fogões, aquecedores e peças em ferro, aço e ligas especiais.

**Açúcar** – Em Pernambuco, o açúcar Harmonia, fabricado pela Usina Catende, é outro exemplo de alternativa econômica no Brasil. O Harmonia é distribuído para todo o país pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que adquire cerca de 90% da sua produção mensal.

Singer reconhece que os pequenos empreendimentos nacionais têm um caráter de atendimento de crise. “Foi uma reação sábia, quando o desemprego subiu aos céus. Hoje, porém, a economia solidária está mais consistente, veio para ficar, e é uma solução superior ao modo de produção capitalista”, assegura. O profes-

sor cita o exemplo de Catende, uma usina de açúcar de Pernambuco com 28 mil hectares, que se transformou na maior empresa de autogestão da América Latina, garantindo o sustento de 17 mil famílias. “Catende enfrentou incêndio e inundações, mas está saindo da descapitalização por meio de compras antecipadas de sua

produção e recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

### Apoio estatal

O debate não pára por aí. Para o coordenador da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (programa de extensão da Coppe), Gonçalo Guimarães, o que está faltando, hoje, são políticas públicas que dêem sustentação a esse modelo de desenvolvimento. “Não há reconhecimento legal das cooperativas. O sistema do Banco Central cria barreiras para o acesso ao crédito. Este é o impasse: por não serem vistas como uma forma de desenvolvimento, as cooperativas não são reconhecidas legalmente, nem recebem subsídios. Até os bancos públicos oferecem crédito como se estivessem vendendo moedas, a taxas de juros que variam de 2,99% a 4,99%. Na verdade, essas cooperativas deveriam ter os mesmos subsídios dados ao cinema nacional”, assegura.

O economista Marcio Pochmann reconhece que a economia solidária é uma alternativa, embora não seja solução para todos os problemas do país. “É um movimento heterogêneo. Nele, há os neo-anarquistas, que acreditam que os empreendimentos crescem por si só, sem a necessidade de intervenção do Estado, e outros convictos da necessidade da intervenção estatal, por meio do incentivo das compras públicas e de financiamentos. No fundo, o que não há é um projeto nacional.” 

# O fator previdenciário e a reforma da Previdência

O PLS 296/03, de nossa autoria, que acaba com o fator previdenciário – um redutor das aposentadorias – criado durante a reforma da Previdência promovida pelo governo FHC, está sendo debatido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) do Senado Federal.

A importância desse debate cresce no momento em que se articula uma nova reforma da Previdência, sem dúvida mais danosa ainda – com a desvinculação entre piso de benefícios previdenciários e salário mínimo e a instituição da idade mínima para aposentadoria.

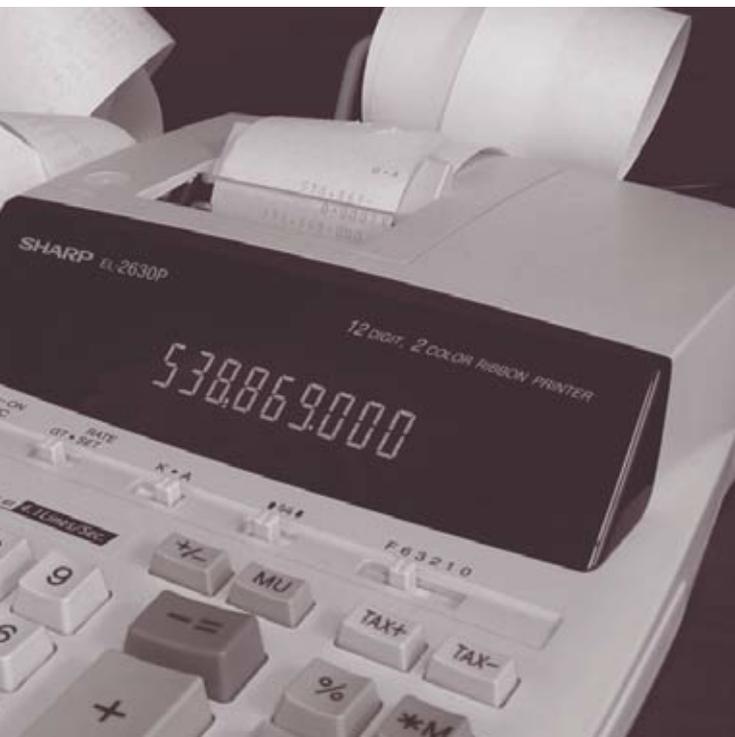
Na fórmula de cálculo do fator previdenciário, é considerada a tábua de vida elaborada pelo IBGE para determinar a expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria. Essa tábua é corrigida anualmente e sofre modificações metodológicas para proceder aos cálculos demográficos. Não é, de forma alguma, um instrumento adequado para cálculo atuarial – tanto que nenhum fundo de pensão a utiliza para estabelecer valor de benefício. E mais: desde dezembro de 2003, a situação se agravou com a abrupta variação na expectativa de sobrevivência aferida pelo IBGE, o que levou a uma redução média de 16% no valor das aposentadorias dos trabalhadores.

Essa variação trouxe uma situação inusitada. Tome-se o exemplo de dois segurados nas mesmas condições: ambos filiaram-se ao INSS com 18 anos e tinham, em novembro de 2003, 57 anos de idade e 39 de contribuição. O primeiro deles resolveu se aposentar e teve aplicada a tábua de sobrevivência de 2001 (válida para aposentadorias até 1º de dezembro de 2003); seu fator previdenciário foi igual a 1,0171 (ou seja, não houve redução no benefício). O segundo resolveu adiar o pedido de aposentadoria para novembro de 2004, quando teria 58 anos de idade e 40 de contribuição, para obter uma aposentadoria um pouco maior. Como a



tábua aplicada foi a de dezembro de 2003, seu fator previdenciário foi igual a 0,9648 e seu benefício inicial, menor do que o outro cidadão. Ou seja, o segurado trabalhou um ano a mais, mas seu benefício foi reduzido.

A injustiça foi tão gritante que, na época, o Ministério Público acatou denúncia feita pelo deputado Sérgio Miranda e instaurou ação civil pública contra o uso da nova tábua do IBGE. Pode-se dizer que a injustiça se perpetua e se agrava, pois a tábua continua sendo atualizada todo ano, gerando enorme insegurança para os segurados que se aproximam do momento da aposentadoria. Hoje, é necessário trabalhar até 63,4 anos para se aposentar com fator igual a 1, ou seja, sem redução de benefício. O que indica que daqui a três anos, apenas com 65 anos será possível se aposentar com o valor integral.



O mercado de trabalho no país é profundamente desigual. Por um lado, existe o jovem de formação universitária, com especialização, que entra no mercado de trabalho aos 25 anos e pode, perfeitamente, ampliar sua vida laboral para além dos 65 anos. Mas a maioria é composta por brasileiros que entram no mercado de trabalho ainda adolescentes, formam-se de forma precária na prática do trabalho e, muito freqüentemente, aos 45 anos já não conseguem mais emprego. Para esses, a aposentadoria muitas vezes é a única opção.

O fator previdenciário é tão perverso que, de forma maquiavélica, só é aplicado para os mais pobres, como, por exemplo, aqueles que recebem de um a sete salários mínimos. Hoje, um ministro do Supremo Tribunal Federal se aposenta com R\$ 24 mil e a esse valor não é aplicado o

---

“A importância desse debate cresce no momento em que se articula uma nova reforma da Previdência, sem dúvida mais danosa ainda – com a desvinculação entre piso de benefícios previdenciários e salário mínimo e a instituição da idade mínima para aposentadoria.”

---

fator previdenciário. Um trabalhador que iria se aposentar com R\$ 2 mil, aplicando-se o fator, poderá ter sua aposentadoria reduzida para R\$ 1.400, se homem, e, no caso das mulheres, R\$ 1.300. Uma verdadeira reforma da Previdência trabalharia com cálculos atuariais, reduzindo essas contribuições sobre a folha de pagamento, transferindo-as para o faturamento das empresas.

Isso sem falar do alardeado déficit da Previdência – sempre apontado como justificativa para redução dos benefícios –, que não existe. Se existisse, nos últimos dez anos, R\$ 45 bilhões de recursos da Seguridade Social não teriam sido desviados para outros fins. Não esqueçamos também que, conforme dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), 85% do superávit primário do país são provenientes dos recursos desviados da Seguridade.

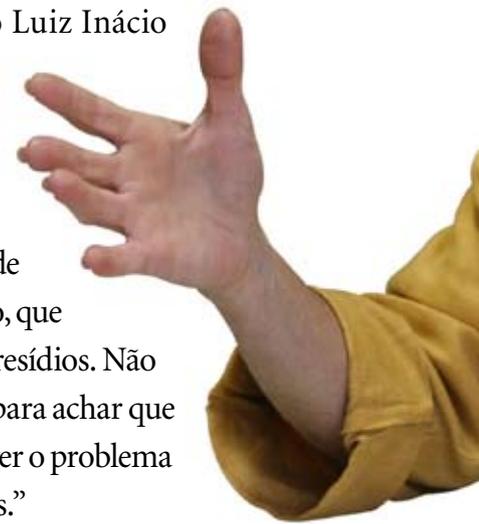
Não há injustiça maior que tratar de forma igual os desiguais. Ao enfrentar essa injustiça, o Senado abre espaço para que a sociedade discuta a necessidade de ampliar a inserção previdenciária, garantir segurança e estabilidade aos trabalhadores e defender a Previdência pública. **S**

(\*) Senador (PT-RS)

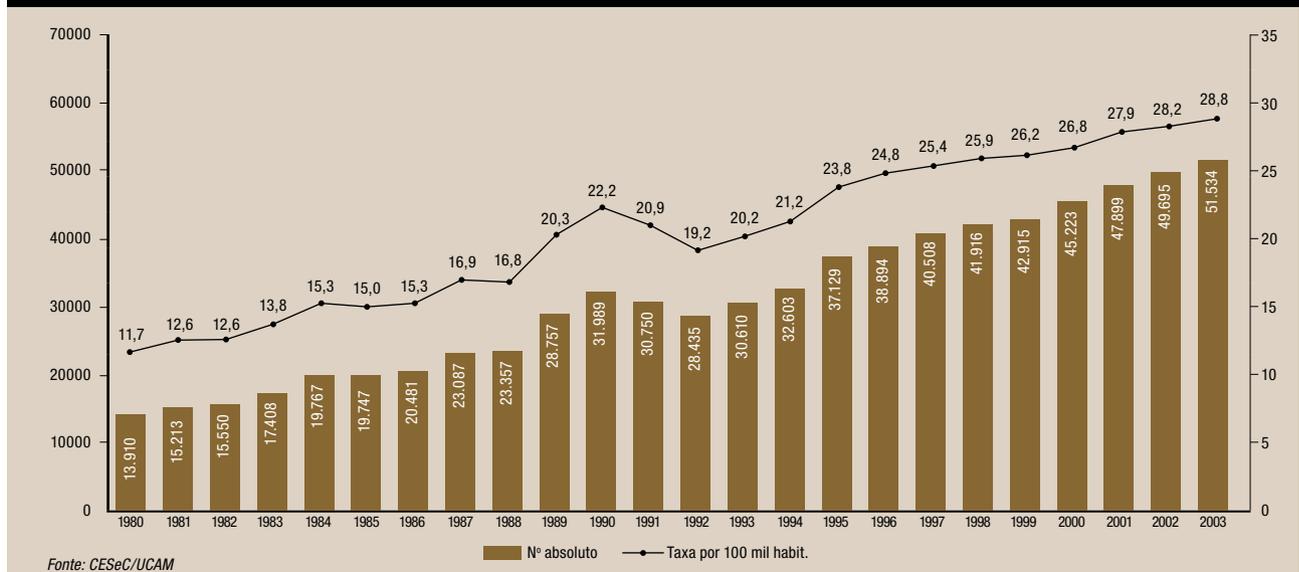
# “Segurança pública é responsabilidade de todos”

A socióloga Julita Lemgruber fala com a urgência que o tema da segurança pública exige. Não freia críticas nem economiza soluções. Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, fala do alto da experiência de quem foi diretora do Sistema Penitenciário e ouvidora de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000, no começo do governo Anthony Garotinho, e integrou a equipe de intelectuais que formulou o Plano Nacional de Segurança Pública do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. “O plano não saiu do papel. O governo Lula optou, logo no início, por deixar a responsabilidade pela segurança pública no colo dos governadores.”

Nesta entrevista a **Por Sinal**, Julita Lemgruber não poupa ninguém. Da mídia que estimula a sensação de aumento da criminalidade ao que chama de equívoco do governo paulista em optar por uma política de encarceramento, que culminou com a onda de violência comandada pelo PCC de dentro dos presídios. Não poupa nem mesmo a sociedade. “Estamos numa situação em que não dá para achar que vestir branco, abraçar a Lagoa Rodrigo de Freitas e bradar ‘Basta’ vai resolver o problema da insegurança”, adverte. “Segurança pública é responsabilidade de todos.”



**HOMICÍDIOS NO BRASIL: NÚMEROS ABSOLUTOS E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES DE 1980 A 2003**





de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, tem havido um crescimento grande de crimes contra o patrimônio: assaltos à mão armada e roubos de carro, sobretudo.

#### ■ Qual o papel da mídia nesse processo?

A contribuição da mídia é muito grande. Nós temos desenvolvido, no Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC), um projeto chamado "Mídia e Violência". Na primeira etapa, mapeamos nove jornais – três do Rio, três de São Paulo e três de Belo Horizonte. O estudo já indicou, por exemplo, que a imprensa fluminense dá muito mais espaço à violência do que a paulista e a mineira. Essa é uma tendência antiga que certamente contribui para o aumento da sensação de insegurança. Quando fui diretora do Sistema Penitenciário, de 1991 a 1994, o resgate de um preso que estava no Hospital Souza Aguiar pela quadrilha dele foi manchete de primeira página dos jornais do Rio no dia seguinte. Mas duas ou três semanas depois, aconteceu um caso rigorosamente idêntico em São Paulo, e o espaço dedicado ao fato, tanto pelo *Estado de S. Paulo* quanto pela *Folha de S. Paulo*, foi apenas um pequeno registro nas páginas policiais. A impressão que se tem é que até os eventos recentes, provocados pelo PCC, a sensação de insegurança em São Paulo era bem menor do que no Rio, e a mídia certamente contribuiu para esta sensação diferenciada.

#### ■ Aumentou a violência ou aumentou a sensação de insegurança no Brasil?

A sensação de insegurança aumentou muito, o que é plenamente justificado. Entre 1980 e 2003, por exemplo, o Brasil passou de 11,7 homicídios por 100.000 habitantes para 28,8 pelos mesmos 100.000. Isto traduzido em números significa: 13.910 homicídios, em 1980, e 51.531, em 2003: uma curva que não pára de crescer (*gráfico ao lado*). É verdade que houve, mais recentemente, pequenas reduções aqui ou ali. São Paulo teve reduções significativas em algumas cidades. Minas Gerais também registrou quedas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas se a gente pensar no Brasil, como um todo, a criminalidade violenta vem se mantendo em patamares muito elevados, principalmente nos grandes centros urbanos. Por outro lado, no Rio

#### ■ Mas essa linha editorial é algo orquestrado?

São muitos fatores que contribuem para isso. Em primeiro lugar, a violência vende jornal. Nos Estados Unidos, entre jornalistas, há um ditado que diz: *When it bleeds, it leads*, o que poderia ser traduzido grosseiramente por "Se tem sangue, vende". Durante muitos anos, especialmente a partir da década de 80 e do governo Brizola, a segurança pública passou a ser um tema muito politizado, particularmente no Rio. Houve distorções graves, desenvolvendo-se um estilo de cobertura da violência nada reflexivo, muito factual, e sem a preocupação de ouvir os diversos atores envolvidos no problema. Só muito recentemente os grandes jornais começam a se preocupar com a qualidade da cobertura da violência e da criminalidade. Eu acho que o papel da mídia deve ser exatamente este: contribuir para

que a sociedade tenha informação suficiente para discutir sobre segurança pública.

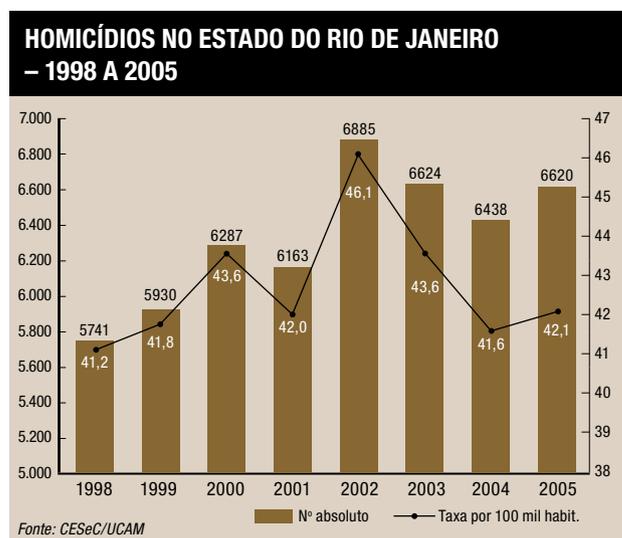
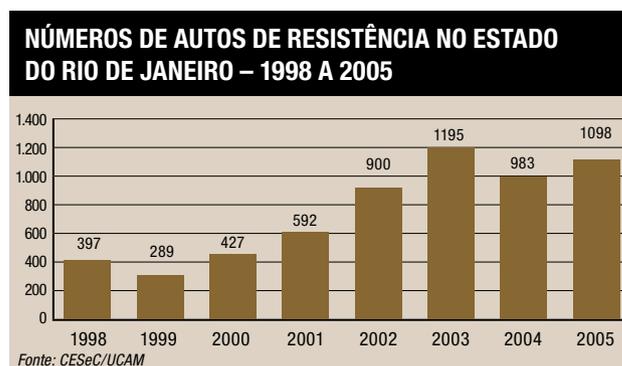
### ■ A sensação de aumento da insegurança também se explica por outros fatores?

É evidente que os crimes contra o patrimônio aumentaram, e a maior incidência de roubos e furtos se reflete na sensação de insegurança da população. Os moradores de Ipanema e Leblon, por exemplo, áreas com estatísticas de homicídios semelhantes às de Nova Iorque, falam de tal maneira da insegurança que parece que moram nos bairros mais violentos da cidade. Essa é uma sensação que tem muito a ver com os crimes contra o patrimônio e, principalmente, com a desordem pública. Mendigos, pessoas dormindo nas ruas, crianças e adolescentes praticando pequenos furtos, tudo isso contribui muito para a pessoa se sentir insegura. Quer dizer: o espaço urbano está muito abandonado e desordenado.

### ■ Até que ponto a violência da própria polícia também contribui para o aumento da sensação de violência ou para o real crescimento dela?

No ano passado, a Polícia Militar matou, no Rio de Janeiro, 1.098 pessoas. A polícia de todos os estados nos Estados Unidos, que não é exatamente um país que tem uma polícia reconhecida como respeitadora dos direitos das pessoas, não chegou a matar 300 pessoas no ano passado. A taxa de homicídios no Rio de Janeiro tem se mantido alta: sempre em torno de 6 mil por ano. Já as mortes provocadas pela polícia, que são sempre justificadas como mortes em confronto, têm crescido numa proporção assustadora. Em 1999, primeiro ano do governo Garotinho, a polícia matou 289 pessoas. Assim, houve um crescimento brutal desse número. Nem por isso, os fluminenses viveram com mais segurança (*gráficos ao lado*). E, pior: uma pesquisa mostrou que mais de 60% dos corpos levaram tiros pelas costas e na cabeça e, freqüentemente, são mais de quatro tiros, o que configura execuções. Aí vem a polícia e diz que foi auto de resistência. Essa situação só continua assim porque não somos nós os mortos pela polícia. É quem mora na favela. É o negro, o pobre, gente que não tem voz. Vivemos numa sociedade brutalmente injusta e desigual. Se fossem nossos filhos, eles não fariam parte da estatística da

polícia de mortes em confronto. Assim como nossos filhos, se estivessem traficando, não acabariam na Funabem.



### ■ Como se explica a violência comandada das prisões que abalou São Paulo no meio do ano?

A população carcerária do Brasil dobrou em dez anos, enquanto a de São Paulo dobrou em seis – quase na metade do tempo. Isso exige investimentos maciços na geração de vagas. Quando Nagashi Furukawa assumiu como secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, ainda no governo Mário Covas, havia 60 unidades prisionais. Quando saiu, com a administração estadual nas mãos do governador Geraldo Alckmin, elas eram 144, com 140.000 presos. Embora Nagashi tenha lutado contra esse crescimento, defensor que é das penas alternativas para o criminoso não-violento, a verdade é que São Paulo criou um sistema penitenciário gigantesco, que acabou escapando do controle da administração. O sistema penitenciário de São Paulo recebe, a cada mês, mais

de mil novos presos. É impossível qualquer planejamento ou previsão de atendimento adequado. Construíram-se dezenas de unidades prisionais, mas não se cuidou de dar trabalho aos presos, de prover educação, de dar assistência jurídica adequada ou assistência à saúde. Nas prisões de São Paulo, como no resto do Brasil, nem os artigos básicos de higiene são distribuídos regularmente. Há apenas dois meses foi criada a Defensoria Pública de São Paulo. O Rio tem, há muitos anos, a Defensoria Pública atuando dentro das unidades prisionais, o que, provavelmente, contribui para aliviar a tensão interna. O atendimento à saúde nas prisões no Rio de Janeiro, por exemplo, é de muito melhor qualidade porque desde 1992 há convênio com o Ministério da Saúde, e verbas do SUS são repassadas para os hospitais penitenciários.

### ■ E a corrupção nas cadeias?

Quando as carências são agravadas por altos níveis de violência e corrupção, tem-se terreno fértil para que grupos organizados cresçam, se desenvolvam e oprimam a massa carcerária. É evidente que corrupção e violência também existem nas prisões do Rio, mas o quadro geral é de menor tensão. E, quanto maior a população prisional, mais explosiva a situação: o sistema penitenciário do Rio tem 20.000 presos e o de São Paulo, 140.000. Por outro lado, não se pode esquecer que no Rio de Janeiro vários grupos se desenvolveram nas prisões ao longo dos últimos 25 anos, e a gente poderia dizer que, hoje, o poder está pulverizado entre muitos grupos, o que não parece ser o caso de São Paulo, onde o PCC concentra muito mais poder. Enfim, Alckmin se orgulha do fato de São Paulo ter 22% da população brasileira e 44% dos presos do país. Isso não deveria ser motivo de orgulho. Os eventos trágicos de maio, julho e agosto estão demonstrando que há algo de errado na política de segurança pública de São Paulo e na estratégia que se escolheu de combate à criminalidade.

### ■ Como a senhora explica essa opção?

A concepção de que apenas prender muito resolve o problema da violência não tem respaldo na realidade. Várias pesquisas demonstram não existir relação direta entre redução de taxas de criminalidade e aumento de taxas de encarceramento. Um estudo feito na Inglaterra, por exem-

plo, revela que um aumento de 25% na taxa de encarceramento reduz em apenas 1% a taxa de criminalidade. Uma série histórica, de 1991 a 1998, em todos os Estados Unidos, mostra que no Texas, por exemplo, onde a taxa de encarceramento cresceu 144% no período, a criminalidade violenta foi reduzida em 33%. Nova Iorque, que aumentou em apenas 24% a taxa de encarceramento, diminuiu a taxa de criminalidade violenta em 45%, no mesmo período.

### ■ Por que o índice de criminalidade diminuiu mais em Nova Iorque?

Nova Iorque reduziu mais o índice de violência, embora tenha tido uma taxa de encarceramento menor que a do Texas, porque implantou uma política de segurança mais inteligente. Entre outras coisas, criou o Compstat (*Computerized Statistics – programa adotado pela polícia de Nova Iorque nos anos 1990 para combater a onda de violência. O Compstat consiste, entre outras estratégias, de encontros semanais que reúnem toda a cúpula da polícia. É apontado por especialistas como uma revolução gerencial na área de segurança e o principal responsável pela redução das taxas de criminalidade na principal cidade americana*) e afastou do serviço mais de 3 mil policiais corruptos. Além disso, tanto Nova Iorque como várias outras cidades americanas beneficiaram-se do boom da economia da era Clinton. Os Estados Unidos, como um todo, experimentou uma mudança grande em sua pirâmide demográfica, com uma redução significativa do número de jovens entre 15 e 24 anos, que é a faixa etária que mais se envolve com a criminalidade.

### ■ A Lei de Execuções Penais, que já existe há 22 anos, prevê o trabalho do preso, mas menos de 25% dos detentos se beneficiam disso. Falta vontade aos presos ou as penitenciárias não têm interesse em aplicar a lei?

A lei diz que o preso condenado, aquele que já foi julgado, é obrigado a trabalhar. Se fizermos uma pesquisa de opinião, a maioria da população vai dizer que o preso não quer trabalhar. Engano. Para cada três dias trabalhados, o preso desconta um dia de pena. O presidiário é o primeiro a querer trabalhar. Quando se abre uma oficina na penitenciária, os presos disputam as vagas. Por outro lado, eles têm que

sustentar as famílias. A verdade é que o Estado brasileiro tem sido incompetente para prover trabalho ao preso. Não podemos continuar apenas construindo prisões. Devemos reservar a pena de prisão para quem é realmente violento e perigoso. Todos os outros infratores podem ser punidos com penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade. Manter um preso numa prisão brasileira, hoje, custa muito caro – cerca de R\$ 1.100, por mês, em média. Uma prisão para 500 presos significa um custo de construção de R\$ 30 mil para cada vaga. Com este valor é possível construir pelo menos meia dúzia de casas populares, se considerarmos o custo das construídas em regime de mutirão.

■ **Existe um país com um cardápio tão variado de violência como o Brasil, em que se combinam o crime organizado e o contrabando de órgãos e pessoas nos centros urbanos e a grilagem de terra e o trabalho escravo no meio rural?**

É difícil dizer se o Brasil é o campeão da diversidade também na violência. Em maior ou menor grau, há países com o mesmo cardápio variado de violência. Em alguns casos, com a agravante da existência de grupos paramilitares, da guerrilha e do terrorismo. Bogotá, capital da Colômbia, país com inúmeros graves problemas na área da segurança pública, conseguiu derrubar muito significativamente seus índices de criminalidade nos últimos anos, porque os prefeitos da cidade deram continuidade a políticas de segurança conseqüentes, com muito planejamento e moralizando a polícia – excluindo milhares de policiais corruptos. É verdade

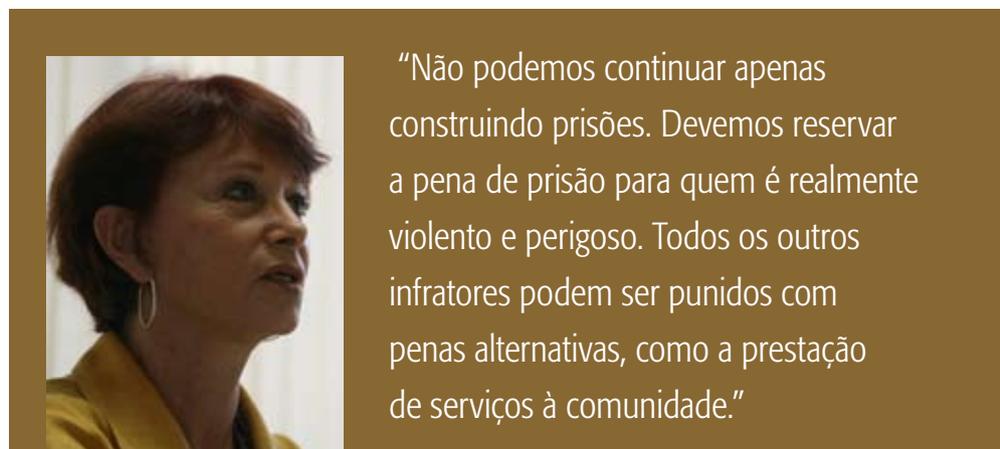
que a Colômbia ainda enfrenta problemas brutais: a guerrilha, de um lado, e grupos paramilitares, do outro.

■ **A violência no sistema prisional é emblemático da insegurança em São Paulo como as chacinas representariam, simbolicamente, a insegurança do Rio de Janeiro?**

São Paulo também tem chacinas, embora tenha havido um esforço para combatê-las porque foi constituído um grupo de repressão a elas. O estado criou, ainda, uma delegacia de homicídios equipada e com policiais bem treinados que conseguiu aumentar a taxa de esclarecimentos desse crime e, conseqüentemente, reduzir a impunidade. Na área de homicídios – e as chacinas estão neste rol –, é preciso uma polícia inteligente. Para se ter uma idéia, no Rio, o último número de pesquisa, de meados dos anos 90, era de 8% de resolução dos casos de homicídio. O CEsSeC está desenvolvendo uma pesquisa para atualizar esses dados. O que se sabe, com segurança, é que de cada 100 homicídios que acontecem no Rio de Janeiro, apenas 8 são esclarecidos pela polícia. Quer maior estímulo aos assassinatos do que isso? Em São Paulo, há uma grande discussão em torno desse número, mas parece que está por volta dos 20%. A polícia da Inglaterra esclarece 90% dos homicídios. Isso mostra que não adianta ter leis mais duras, diminuir a idade penal, instituir a pena de morte. Para diminuir os índices de homicídios, por exemplo, precisamos aumentar a taxa de elucidação desses crimes pela polícia.

■ **Como a senhora avalia a atuação do governo federal na área de segurança pública?**

A opção feita pelo governo Lula na área de segurança pública foi investir na Polícia Federal e não nos estados. A Polícia Federal recebeu recursos e tem desencadeado ações efetivas. São ações interessantes.



Do ponto de vista político, elas forjam a imagem de um presidente que não livra a cara dos ricos e poderosos. A Polícia Federal de Lula está aí para enquadrar as elites quando elas pisam na bola. A repercussão disso entre a população é muito positiva. Agora, se formos olhar o Plano Nacional de Segurança proposto pela candidatura Lula e o que foi realizado, o resultado é absolutamente vergonhoso. Ele não cumpriu com o que tinha prometido.

### ■ Por exemplo?

O exemplo mais candente refere-se aos próprios fundamentos do Plano Nacional de Segurança Pública: a implantação do Sistema Único de Segurança Pública. Por ele, o governo federal teria papel fundamental na integração do trabalho das polícias nos diversos níveis. Seriam criados os gabinetes de gestão integrada em todos os estados, e polícia federal, polícias estaduais e municipais teriam encontros regulares, em cada estado da federação, para discutir as formas de condução da política de segurança pública. Segurança pública se faz com diagnóstico, planejamento, implementação e monitoramento de ações – uma atividade cotidiana que seria liderada pelo governo federal. Mas os gabinetes de gestão integrada não funcionaram jamais, porque o governo federal optou, logo no início, por deixar a responsabilidade pela segurança pública no colo dos governadores. Acredito que foi feita uma avaliação política do risco que o governo federal correria, caso se tornasse um ator importante na segurança pública. Tudo o que desse errado iria para a conta da administração Lula.

### ■ Mas para que uma política séria de segurança pública desse certo não seria preciso mais tempo?

Era preciso muita vontade política e investimentos de recursos consideráveis, o que também não aconteceu. Na verdade, o governo Lula preferiu ser chamado de omissor do que ser rotulado de incompetente. A decisão foi por fazer ações pontuais, e a Polícia Federal foi instrumentalizada para isso. Outra foi criar a Força Nacional de Segurança Pública. Mas essa Força Nacional tem apenas 7 mil homens. Ela pode funcionar bem em estados em que o contingente de segurança é pequeno. Foi assim, por exemplo, nos distúrbios no Espírito Santo e no Mato Grosso do Sul. Mas

o que faria a Força Nacional na crise de São Paulo, estado que já tem 140 mil policiais?

### ■ O governo alega que o Plano Nacional de Segurança Pública exige recursos elevados e que neste momento se estão criando as condições para que ele comece a se concretizar...

Evidentemente que há propostas no Plano Nacional de Segurança Pública, tanto para a área policial como para o sistema penitenciário, que demandam recursos financeiros elevados. Mas no caso dos gabinetes de gestão integrada, bastaria vontade política. Custaria ao governo federal algumas passagens aéreas para levar representantes da Polícia Federal e da Secretaria Nacional de Segurança Pública, por exemplo, aos encontros mensais nos estados, com as autoridades e polícias locais. Nós já temos um problema brutal que é a existência de duas polícias, a Polícia Militar e a Polícia Civil, que disputam espaço e poder, escondem informação uma da outra e têm um *lobby* poderosíssimo no Congresso que vai sempre tornar muito difícil a unificação dessas duas polícias. Diante desse problema, o mínimo que o governo federal poderia fazer era tentar contribuir para que as polícias trabalhassem de forma integrada. Segurança pública, eu insisto, se faz com diagnóstico dos problemas, planejamento, execução e monitoramento das ações desenvolvidas, com os vários atores trabalhando de forma integrada.

### ■ Do lado dos governadores e prefeitos, o que foi feito no sentido da integração e para aparelhar as forças de segurança pública? Não parece que eles também foram omissos?

A omissão é grande em todos os níveis. Nos países do primeiro mundo, é muito forte a concepção de que segurança pública começa na cidade. Na Europa, existe o Fórum Europeu de Segurança Urbana, que congrega 400 cidades. Lá se discute segurança pública a partir da perspectiva da cidade. E qual o papel da cidade? É, sobretudo, a responsabilidade de desenvolver políticas preventivas. No entanto, os prefeitos se omitem, argumentando que segurança pública é um problema dos governos estaduais. Um ou outro acordou para essa nova realidade. O problema da segurança pública pre-

cisa ser compartilhado por todos os níveis de administração. Evidente que grande parte da responsabilidade é dos governadores, porque eles têm as polícias militar e civil e o sistema penitenciário. Os governadores também não têm feito a lição de casa. E não se pode esquecer que temos um presidente que foi eleito defendendo um Plano Nacional de Segurança Pública e prometendo que o governo dele lideraria esse processo. Na época da campanha eleitoral, Lula defendia, na televisão, um Plano Nacional de Segurança Pública que foi elaborado durante meses por um grupo de especialistas e continua nas gavetas. Agora, no âmbito do Partido dos Trabalhadores, foi criada outra comissão para elaborar um novo Plano. Será que o próximo sairá do papel?

### ■ **A centralização orçamentária não seria também um empecilho à implantação do Plano Nacional de Segurança Pública?**

É claro que os problemas do Brasil nessa área são de tal ordem que os orçamentos dos estados não dariam conta disso. Nem o orçamento federal seria suficiente. Mas a proposta de Luiz Eduardo Soares, que foi secretário nacional de Segurança Pública no primeiro ano do governo Lula, era que se buscassem recursos nas agências internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Falava-se em algo em torno de R\$ 3,5 bilhões, o que não era nada de muito gigantesco, porque só o orçamento de São Paulo para segurança pública no ano passado foi de R\$ 6 bilhões. Mas a opção foi lavar as mãos. Ainda assim, mesmo com recursos limitados, o governo podia fazer algumas opções. Investir na inteligência é urgente. As polícias técnicas não só são mal treinadas como também não têm equipamentos. Mas todo o investimento na polícia técnica se limitou à Polícia Federal. Essa, sim, está muito bem aparelhada.

### ■ **Já existe um exemplo parecido de gestão integrada de segurança na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como funciona?**

Lá foi criado o Igesp – Integração e Gestão em Segurança Pública. Trata-se de uma reprodução com as cores locais do Compstat. O Compstat, em Nova Iorque, é muito impressionante pelo nível de profissionalismo que se percebe nas reu-

niões, que são semanais –, começam às 7 horas e acabam ao meio-dia. Em cada reunião, é discutida a área de uma delegacia distrital (a área de um *borough*). É apresentado o quadro da criminalidade no local e o que está sendo feito, quais as metas que se pretende alcançar. São discussões acaloradas, onde os superiores interpellam seus subordinados, que devem prestar contas do que fazem. São reuniões com a participação das chefias de todas as áreas da polícia. É o tempo todo fazendo diagnóstico, planejando, monitorando. O modelo de Belo Horizonte é muito parecido. Nos encontros do Igesp, o comandante e o delegado responsáveis por determinada área apresentam para seus chefes e seus pares, assim como para representantes do Ministério Público e do Judiciário, o diagnóstico dos problemas de segurança e o que está sendo feito. O resultado tem sido positivo. Já tem havido queda em vários índices de criminalidade na região metropolitana de Belo Horizonte e, certamente, o Igesp tem contribuído para isto. Há também programas preventivos. Um deles é desenvolvido pelo grupo AfroReggae em parceria com o CEsEC.

### ■ **Como funciona?**

Quando o AfroReggae nos procurou, querendo realizar um trabalho com a polícia, tentamos contato com as autoridades aqui do Rio, mas a idéia não foi adiante. O governo de Minas Gerais se interessou e começamos a desenvolver o projeto em Belo Horizonte. Em síntese, o projeto pretende diminuir o fosso existente entre a polícia e a juventude pobre das favelas. São dois grupos que se detestam, não se respeitam e que estão o tempo todo em conflito. Numa primeira etapa, o AfroReggae desenvolveu oficinas de música, teatro, circo e grafite com policiais multiplicadores. Numa segunda etapa, os policiais desenvolveram oficinas com os jovens nas comunidades. Essa é apenas uma iniciativa entre muitas outras que estão acontecendo em Belo Horizonte. Outro projeto é o “Fica Vivo”. Quando se olham as estatísticas de criminalidade, constata-se que a maioria das vítimas de homicídios são jovens entre 17 e 24 anos, sobretudo negros e moradores de áreas pobres. O projeto “Fica Vivo” visa a essa população que, além de tudo, é a mais suscetível de cooptação pelo tráfico de drogas. Há análises demográficas que indicam que nos grandes centros urbanos

está havendo uma diminuição do estoque de jovens do sexo masculino nesta faixa etária que se poderia comparar com a situação de países que estão em guerra. É algo assustador.



“Existem coisas incríveis acontecendo. A ação das organizações não-governamentais é o que há de mais dinâmico e vivo na sociedade. Entrando nas comunidades, provocando reformas pontuais, obrigando o estado a cumprir o seu papel.”

■ **A senhora falou que em São Paulo**

**também se registram casos pontuais de diminuição da criminalidade. Onde e qual a estratégia que permitiu essa melhora do quadro?**

Diadema e Ribeirão Preto, em São Paulo, por exemplo, tiveram reduções significativas das taxas de criminalidade. As estratégias para isso são diversas. Desde a implantação da lei seca, com o fechamento dos bares das 23 horas às 6 da manhã, até o treinamento de guardas municipais e o desenvolvimento de uma série de projetos de inclusão da população jovem e pobre. Segurança pública no Brasil não precisa ser uma rua sem saída. O fato é que se tem realizado em alguns municípios experiências importantes de integração de ações das polícias e ações preventivas.

■ **Até que ponto experiências como as que a senhora teve na Ouvidoria da Polícia do Rio podem contribuir para uma mudança no quadro de insegurança?**

As Ouvidorias de Polícia no Brasil aparecem na segunda metade dos anos 1990. Fui a primeira ouvidora de Polícia do Rio, no governo Anthony Garotinho, e a experiência foi muito frustrante. O controle externo da polícia, para ser efetivo, necessita ser absolutamente independente. As ouvidorias teriam que poder fazer investigações por conta própria, investigações paralelas às investigações das corregedorias, e nada disso podem fazer hoje. Seria preciso instrumentalizá-las com uma equipe de investigadores para que se pudessem fazer algumas investigações preliminares, principalmente em casos de queixas graves, para que depois se pudessem cobrar resultados das corregedorias,

que são muito corporativas. Enquanto as ouvidorias dependerem das corregedorias, que são o controle interno das polícias, para investigar as queixas da população, não podem ir muito longe.

■ **A senhora, então, não teve independência e autonomia para investigar as irregularidades da polícia?**

O que aconteceu enquanto fui ouvidora de Polícia é que eu recebia denúncias gravíssimas de violências provocadas por policiais, inclusive mortes, ou de corrupção policial, encaminhava as queixas para as corregedorias, e muito raramente se conseguia qualquer resultado. Por outro lado, mesmo quando as investigações avançavam, naqueles casos em que era absolutamente impossível refutar a denúncia, a punição era muito leve. Embora as Ouvidorias de Polícia sejam um instrumento importante de conquista da cidadania, tal como estão estruturadas hoje, estão muito longe de funcionar com eficácia como controle externo da polícia.

■ **Em algum lugar do mundo elas são eficazes?**

O melhor exemplo é o da Irlanda do Norte. Lá, a Ouvidoria de Polícia é absolutamente independente e autônoma. Tem 80 investigadores e orçamento próprio. Quando a polícia provoca uma morte – e estamos falando de um país em que acontecem três mortes provocadas pela polícia por ano –, o local do crime é isolado e só pode ser examinado pelos investigadores da Ouvidoria de Polícia. A perícia é independente. Uma grande reforma da polícia foi possível, inclusive

com a criação dessa Ouvidoria poderosa, a partir do Acordo da Sexta-Feira Santa, que selou a paz entre católicos e protestantes. Acreditava-se que aquele país havia chegado a tal nível de esgarçamento da sociabilidade que a vida em Belfast, por exemplo, tornara-se insuportável. Enfim, não havia vida social. Não havia mais espetáculos de teatro, shows de música. Artista nenhum queria se apresentar na capital da Irlanda do Norte, com medo de que uma bomba explodisse no café da esquina. Ninguém saía mais à noite. Isto é o que eu temo: que no Brasil seja preciso que cheguemos a uma situação de tal rompimento da norma, de tal descontrole absoluto na segurança pública, para que todos acordemos. Autoridades, governos e população.

### ■ **Como em tudo, então, o caminho para a solução do problema passaria pela mobilização social?**

A situação é muito grave e não é suficiente vestir branco, abraçar a Lagoa Rodrigo de Freitas e bradar “Basta”. Não é assim que vamos resolver nossos problemas de segurança pública. A mobilização da sociedade certamente é um caminho. É preciso organizar conselhos de segurança nos bairros, nas cidades, nos estados, para que as pessoas estejam capacitadas a cobrar das autoridades, a partir da discussão e do conhecimento da realidade. Sem conhecer, sem saber o que é possível ser feito, ninguém consegue cobrar das autoridades. Fica todo mundo achando que não tem saída, que não adianta fazer nada, todos cruzam os braços e nada acontece. Neste país, todos acreditam que o Estado vai resolver tudo, que o presidente da República, o governador e o prefeito vão e devem resolver tudo. Ficamos todos esperando o salvador da pátria e reclamando que pagamos imposto e nada é realizado. Segurança pública é responsabilidade de todos. Enquanto a sociedade não acordar para essa realidade, não vai ter nem condições de cobrar das autoridades.

### ■ **Mas a cultura da paz parece que começa a se disseminar, ou é impressão?**

Existem coisas incríveis acontecendo. A ação dos chamados novos mediadores, as organizações não-governamentais, é o que há de mais dinâmico e vivo na sociedade.

Entrando nas comunidades, provocando reformas pontuais, obrigando o Estado a cumprir o seu papel. Se não existisse o trabalho de algumas ONGs, as comunidades estariam em situação muito pior. Afinal de contas, por que o tráfico se instalou, ocupou os espaços e, freqüentemente, impõe o terror a essas comunidades? Porque o Estado não está lá – e quando está, está fraco ou com políticas incompetentes e marcadas pela corrupção. Essas comunidades pobres ficam entre uma polícia incompetente e violenta e o terror dos bandidos. Às vezes, é da polícia que se tem mais medo, porque o traficante freqüentemente tem vínculos com a comunidade.

### ■ **Mas nesse quadro não se pode esquecer também que o policial, assim como os agentes penitenciários de São Paulo mais recentemente, tornaram-se alvo dos bandidos. Até que ponto isso não deixa inseguro quem tem de zelar pela segurança do cidadão?**

Os recentes acontecimentos de São Paulo ainda não foram suficientemente analisados e discutidos. De qualquer forma, é preciso que a população recupere com urgência a confiança e o respeito pela polícia. Os relatos de que o policial esconde a identidade no sapato e que a mulher do PM, que mora na favela, seca a farda do marido atrás da geladeira para que não saibam quem ele é, são antigos e reveladores da absoluta desconfiança e desrespeito pelo policial neste país. Mais recentemente, os policiais e agentes penitenciários passaram, também, a ser alvo de bandidos. É bom ressaltar que, embora grande parte dos policiais e dos profissionais que atuam nos sistemas penitenciários sejam honestos e comprometidos com seu trabalho, infelizmente há um número considerável que se envolve com a violência e a corrupção. A falta de confiança na polícia traz problemas de toda ordem para a segurança pública. No Rio de Janeiro, por exemplo, 90% dos roubos não são comunicados à polícia, e isto acontece porque a única coisa que todo mundo registra na delegacia é furto e roubo de carro, para buscar o reembolso do seguro. Nos outros casos, há uma crença generalizada de que a polícia é incompetente, ineficiente e corrupta e que não vale a pena registrar um crime. 

## Centrus já é o 5º maior fundo de pensão do país

Apesar de ser um fundo de pensão em plena maturidade e tendo que sobreviver com um fluxo de caixa negativo, na ordem de R\$ 650 milhões por ano, a Centrus conseguiu subir uma posição no ranking setorial em 2005, segundo notícia publicada pela revista Investidor Institucional. A Centrus encerrou o ano com um patrimônio de R\$ 7,821 bilhões e já é o quinto maior fundo de pensão do Brasil, sua melhor posição no *ranking* desde sua criação.

Esse resultado se torna ainda mais significativo devido à atipicidade da Centrus. Ao contrário dos outros fundos de pensão, a fundação não conta com a entrada de novos participantes e suas despesas com pagamento de benefícios são bem maiores do que as receitas com contribuições. Ou seja, precisa ter investimentos consistentes para ampliar sua receita e garantir a cobertura dos benefícios.

O crescimento da Centrus foi também verificado no Relatório Anual de 2005 – enviado aos participantes, após os pareceres do Conselho Fiscal e das auditorias externas –, com rentabilidade patrimonial de 19,4%, encerrando o ano passado com patrimônio de R\$ 7,821 bilhões. “A alta rentabilidade proporcionada pela política de investimentos da Fun-

dação gerou, no ano passado, R\$ 1,3 bilhão, ultrapassando em muito as despesas previdenciárias do período”, disse o diretor-presidente da Centrus, Pedro Alvim Junior.

Outra marca inédita alcançada em 2005 foi o superávit técnico ter ultrapassado – pela primeira vez na história da previdência complementar brasileira – as Provisões Matemáticas. Trata-se de um desempenho exemplar dentro do sistema brasileiro de Fundos de Pensão. Para Pedro Alvim, esses resultados excepcionais devem-se à criteriosa gestão dos recursos, buscando rentabilidade, segurança e liquidez e unindo práticas de governança corporativa a controles internos mais apurados, e mostram que a Centrus tem capacidade para absorver novos participantes, quando a legislação permitir.

O presidente do Conselho Deliberativo, Ernesto Albrecht, que deixa o cargo em agosto após oito anos de mandato, acha que a volta dos funcionários do Banco Central é o futuro da Centrus. “O que se busca agora é oferecer aos atuais funcionários a possibilidade de também se filiarem à Centrus para, em um novo plano de contribuição definida, terem a mesma tranquilidade dos participantes celetistas.”

## Albrecht deixa a Centrus em ótima situação

Após dois mandatos consecutivos como integrante do Conselho Deliberativo, Ernesto Albrecht deixa a Centrus em agosto e a marca de ter sido o presidente que coordenou o período mais dinâmico da história da Fundação. Funcionário do Banco Central desde sua criação, em 1965, Albrecht concluiu sua gestão com grandes conquistas, como a redução da contribuição dos participantes (fato inédito), a inclusão da Centrus entre os cinco maiores fundos de pensão do Brasil em patrimônio e o maior superávit técnico do segmento.

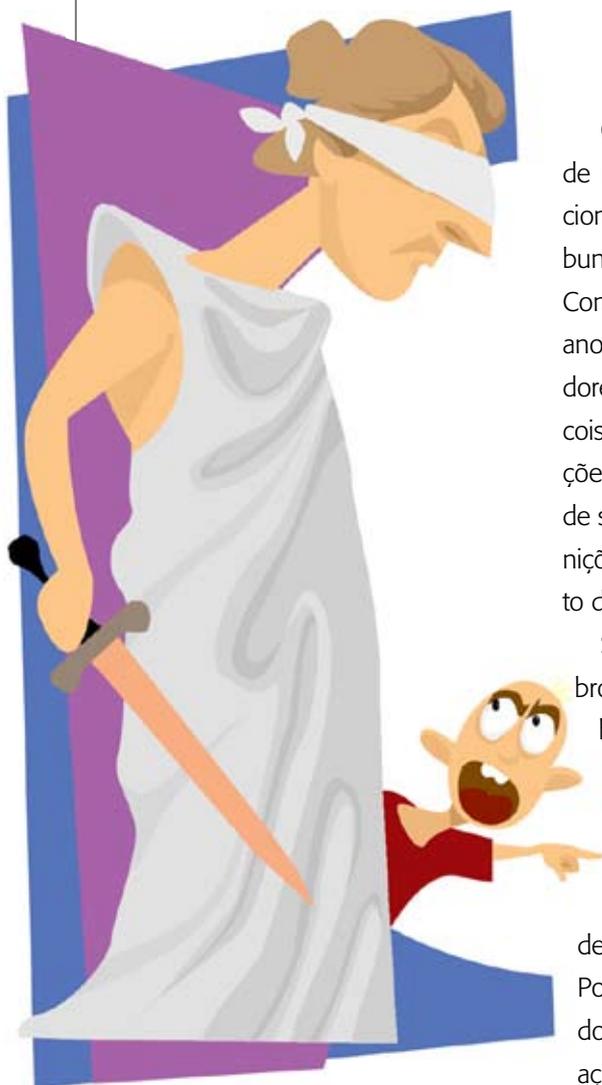
Relembrando sua trajetória à frente da Centrus, Albrecht conta que, no início de seu mandato, não havia muita pressão, porque a rentabilidade na época não era muito grande. “Quando começaram a aparecer os resultados, surgiram

também as pressões e a cobiça pelo controle da Fundação.” O momento mais gratificante para ele, nesse período, foi a decisão de reduzir as contribuições de 7,5% para 5% e o aumento de 10% da cota básica do benefício da pensão, além da criação do Benefício Previdenciário Não Programável, propostas que estão sob análise do Banco Central desde o fim do ano passado.

O momento mais frustrante, entretanto, foi o auto de infração do SPC contra dois diretores. “O Conselho Deliberativo, que acompanha de perto a política de investimentos, não viu fundamento neste auto de infração, e uma auditoria do patrocinador também não encontrou qualquer indício de irregularidade. Foi uma coisa descabida.”

# STF decide em defesa do cliente bancário

Se o consumidor vai ganhar, apenas o tempo dirá. Mas com a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao julgar que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) se aplica às relações entre bancos e usuários e correntistas, já se sabe quem perdeu: o sistema financeiro e o Banco Central. Ao pôr fim a quatro anos de disputa judicial, o STF acabou também com a desculpa que permitia à rede bancária praticar as tarifas que bem entendesse, sob o olhar complacente do BC.



Os bancos tentaram, por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal, escapar do Código do Consumidor. Em vigor há mais de 15 anos, o código protege os consumidores ao regulamentar, entre outras coisas, cláusulas abusivas nas relações com empresas e prestadores de serviço. Também estabelece punições em casos de descumprimento das regras.

Se a ação, proposta em dezembro de 2001, fosse aprovada, os bancos ficariam livres de algumas obrigações, como a de concessão de descontos na liquidação antecipada de financiamentos e a devolução de cobranças indevidas, como determina o código. Por nove votos a dois, os ministros do STF julgaram improcedente a ação proposta pela Confederação

Nacional do Sistema Financeiro (Consisif). O argumento dos bancos era que, de acordo com o artigo 192 da Constituição, uma lei complementar deveria regulamentar o sistema financeiro – e não o CDC.

O Banco Central e a rede bancária ainda tentaram se apegar ao chamado Código de Defesa do Consumidor Bancário, criado pela Resolução 2.878, de 2000, que atribuía ao BC a competência para regular a relação entre os usuários e o sistema financeiro. Apenas três meses depois de instituído, reportagem da edição número 3 da **Por Sinal** constatava que as filas nas agências ainda simbolizavam os tormentos de relações historicamente atribuladas. A capacidade de o novo código pôr um freio nos abusos, que acabaram por se tornar rotina, voltaria a ser questionada na edição seguinte da revista.

## Rosário de queixas

Incapaz de apurar as arestas que pautavam as nebulosas relações entre correntistas e usuários e o sistema financeiro, o novo código se prestava a evitar que a fiscalização fosse feita por entidades como os Procons ou o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que apontavam os bancos como um dos três maiores vilões quando o assunto era o respeito aos direitos do consumidor.

Em 2000, tinham sido registradas 928 queixas contra o sistema financeiro – atrás apenas das 1.298 sobre as telefônicas e das 2.888 referentes aos planos de saúde. Nas centrais de atendimento do Banco Central, o quadro não era muito diferente: de janeiro a setembro de 2001, das 454 mil consultas, mais de 14 mil se referiam a reclamações dos clientes contra o sistema financeiro.

“Os bancos perderam, com a decisão do STF, o argumento da indecisão jurídica”, afirma o advogado Marcos Dieguez, coordenador dos serviços bancários do Idec, que sempre botou o dedo na ferida do novo código: “O Código de Defesa do Consumidor Bancário nunca passou de balela.” O novo cenário não chega a ser uma panacéia, mas, na opinião de Dieguez, muda o foco da polêmica. “Esperamos resistências do sistema financeiro e dificuldades de infraestrutura dos Procons em atender às demandas.”

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) ainda aguarda a publicação do acórdão para se pronunciar sobre o resultado do julgamento. Não precisaria esperar tanto para registrar o golpe. No começo de agosto, um seminário, com o sugestivo título “Os bancos diante do Código de Defesa do Consumidor. Estratégias e medidas práticas para prevenir perdas”, já estava programado com um apelo irrecusável. “A partir da publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), previsto para setembro próximo, as instituições financeiras estarão sujeitas a ações judi-

ciais com base no Código de Defesa do Consumidor. O tempo é escasso para o seu banco adequar procedimentos nas diversas rotinas bancárias, que podem se tornar alvo de ações judiciais. Você precisa estruturar e executar um plano abrangente para prevenir perdas e minimizar riscos”, enfatizava o convite.

O BC também aguarda o acórdão para verificar se há implicações para o trabalho das Caps, recentemente reestruturadas e objeto de denúncia da **Por Sinal** 13.

“A publicação do acórdão é essencial para dirimir muitas dúvidas,

mas não para impedir a constatação de que os bancos saíram tão derrotados quanto o Banco Central, que tem a obrigação cidadã de atender aos interesses da sociedade na mesma medida em que se preocupa com a estabilidade do sistema financeiro”, afirma David Falcão, presidente do Sinal. “Se a situação vai melhorar para o consumidor bancário, é uma incógnita. Ainda existem normas que dependem de definição da súmula do STF, assim como é preciso que o Banco Central não seja esvaziado com a decisão de sua função social, adverte.” **S**



# Democracia e voto no Brasil: o difícil acesso às urnas

As eleições para o Parlamento e para presidentes nos regimes republicanos modernos passaram a se constituir num importante termômetro para se aferir o grau de democracia em cada país. Se não podemos afirmar que a simples realização de eleições possa significar a existência de um regime democrático, sem elas a democracia não existe.

As eleições deste ano no Brasil se constituirão no décimo quinto pleito direto, incluindo o plebiscito de 1993 e o referendo do ano passado, em 21 anos de retorno ao regime democrático. Em 1º de outubro, estarão aptos a votar 125.913.479 eleitores (TSE, junho/2006), ou seja, cerca de 67% da população estimada do país – algo em torno de 187 milhões. Mas nem sempre foi assim. Os brasileiros percorreram um longo e árduo caminho até chegar a esta cifra extremamente positiva de participação na escolha de seus representantes.

Embora a independência tenha ocorrido em 1822, somente em 1881, com a aprovação da Lei Saraiva, foi estabelecido o pleito direto e criado o título eleitoral. Para ser eleitor, entretanto, o indivíduo deveria ser homem, maior de 21 anos, alfabetizado e ter uma renda anual não inferior a 200 mil réis. Não podia ser praça de pré (militar com patente inferior a oficial) ou religioso em regime de claustró. Com todas essas restrições, o número de eleitores era de 145.296, o que representava 1,21% dos 11.973.000 habitantes. No Império, para ser eleito, as exigências eram ainda maiores: renda anual de 800 mil réis para a Assembleia-Geral e 1.600 mil réis para o Senado.

Com o advento da República, chega ao fim o voto censitário (exigência de uma renda mínima anual), mas continuam excluídos do direito de voto: as mulheres, os menores de 21 anos, os analfabetos, os mendigos, os praças de pré e os religiosos das ordens monásticas. Em 1908, com quase 20 anos

de República, o número de eleitores continuava extremamente baixo: apenas 1.016.807 pessoas de um total de 21.303.000 de brasileiros, o que representava 4,8% da população. Como o voto era facultativo, o número de participantes no processo eleitoral era ainda menor. A média de votantes sobre a população durante toda a República Velha (até 1930) foi de 2,6%. Esse sistema eleitoral contribuiu para a manutenção do poder político nas mãos das oligarquias rurais.

O primeiro grande avanço é introduzido pela Revolução de 30, com a aprovação do novo Código Eleitoral de 1932. É instituído o voto secreto e obrigatório e criada a Justiça Eleitoral, medidas que ajudam a reduzir a corrupção eleitoral. As mulheres, depois de anos de luta, conquistam o direito ao voto, e diminui o limite de idade de 21 para 18 anos. Essas mudanças já se refletem na eleição de 1934, na qual o percentual de eleitores em relação à população sobe para 7,3%. Os analfabetos, entretanto, continuavam sem poder votar; o mesmo ocorria com os militares de patente inferior a sargento. Em 1937, com o advento do Estado Novo, as eleições são suprimidas em todos os níveis.

A redemocratização após a Segunda Guerra e a Constituição de 46 restabelecem as eleições diretas. Mas os analfabetos, maioria da população adulta, continuam sem poder votar, o mesmo acontecendo com soldados e cabos. Em 1945, o total de eleitores no Brasil chega aos 7.348.054, o que representa 15,9% da população. Este percentual vai crescendo ano a ano, estimulado pela industrialização após a Revolução de 30, que repercutiu na diminuição do analfabetismo e na urbanização do país. Em 1950, o eleitorado já representa 22% do total da população. É um período de intensa disputa política na sociedade entre os trabalhadores, as camadas médias e o empresariado nacional, que tentam aprofundar o projeto iniciado em 30, cuja expres-

são política maior residia no PTB, e os órfãos da República Velha, aliados da oligarquia financeira e do capital estrangeiro, representados politicamente pela UDN e parcela do PSD, que, sucessivamente derrotados pelo voto e traídos por Jânio, se impõem pela força em 1964, depois de frustradas as tentativas de 1954 e 61.

Durante o regime militar, entre 1964 e 1985, mesmo com as restrições impostas à democracia (extinção dos partidos, fechamento do Congresso, fim das eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos, cassações de mandatos, censura à imprensa e às artes em geral, intervenção nos sindicatos, restrições ao direito de greve, repressão aos movimentos populares, prisões, torturas e assassinatos), a manutenção de eleições e a obrigatoriedade do voto levaram a um aumento do número de eleitores cadastrados. Em 1982, na última eleição do período autoritário, o eleitorado já representava 49% da população brasileira.

Em 1985, a eleição de Tancredo e Sarney, no Colégio Eleitoral, põe termo ao longo período ditatorial. Em 1988, é promulgada a nova Carta Magna, que facultava o direito de voto para os analfabetos e os menores de 18 anos e maiores de 16 e dispõe sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (projeto de lei por iniciativa dos eleitores), instrumentos ainda pouco utilizados no país. Estabelece ainda, em seu artigo 17, a ampla liberdade partidária, que permitiu inclusive o registro do Partido Comunista que, embora existisse desde 1922, só havia gozado dois anos de vida legal, entre 1945 e 47.

A jovem democracia do Brasil, entretanto, a exemplo do que ocorre em outros países, precisa avançar. Para que isso se concretize, é necessária uma participação cada vez maior e permanente da sociedade civil através dos instrumentos

constitucionais de consulta, como o plebiscito e o referendo (que poderiam ser utilizados junto com as eleições a cada dois anos), dos projetos de iniciativa popular, da participação na elaboração dos orçamentos públicos anuais, da legítima pressão dos movimentos sociais em torno de suas reivindicações e através da adoção dos mais diversos mecanismos de participação direta ou indireta dos cidadãos.

Voltando ao tema eleição e voto, para que o processo seja mais equilibrado e cada vez menos desvirtuado, são necessárias mudanças para reduzir a interferência do poder econômico, escancarada pelas recentes denúncias, que deturpa o processo democrático. O financiamento público exclusivo de campanha pode contribuir sensivelmente para reduzir esse abuso. Medidas que fortaleçam os partidos,

como a exigência de um maior tempo de filiação para poder ser candidato e a perda do mandato para os que troquem de partido durante o seu exercício, também seriam extremamente saudáveis.

Fundamental, também, a democratização dos meios de comunicação de massa, que hoje se encontram dominados por poderosos grupos econômicos e políticos, particularmente a mídia televisiva, que exerce profunda influência na sociedade brasileira, inclusive nos processos eleitorais.

Por fim, mesmo com as limitações apontadas, é inegável o avanço da participação popular na vida política nacional nos últimos 21 anos (maior período de legalidade democrática no país), elegendo representantes para os mais diversos cargos da República, num processo de aprendizado político que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento das instituições e para a construção de um Brasil soberano, democrático, desenvolvido e mais justo econômica e socialmente. **S**

(\*) Membro do Conselho Regional do Sinal de Fortaleza



ABRAPP

# Um órgão de Estado para os fundos de pensão

FERNANDO PIMENTEL (\*)

Os fundos de pensão, já vistos como instrumentos de proteção social na idade madura, fomentadores do crescimento econômico, estimuladores da criação de empregos pelos investimentos que realizam e incentivadores da melhor governança nas empresas em que atuam, são também uma prova viva do muito que se pode avançar quando o setor público, a iniciativa privada e a sociedade se dão as mãos e caminham na mesma direção. É assim há 29 anos, quando a Previdência Complementar teve sua atuação regulamentada no país, só que no lugar de perder força com a passagem do tempo, esta verdade torna-se cada vez mais evidente: o Brasil só tem a ganhar cada vez que o Estado, as empresas, os sindicatos e as cooperativas convergem no intuito de fazer chegar os planos de previdência a um maior número de brasileiros.

O Estado, que alguns querem mínimo, e outros desejam intervencionista, precisa mesmo é ser eficiente. Sabem muito bem disso os fundos de pensão, que surgiram nos anos 70 e 80, especialmente pelas mãos das estatais, e se consolidaram como alternativa de uma moderna política de recursos humanos pelo bom uso que deles fazem as empresas privadas e, agora, se oferecem como opção para sindicatos, cooperativas e associações profissionais de todo tipo que almejam proteger seus trabalhadores na aposentadoria.

Especialmente nos últimos três anos e meio, tornou-se ainda mais clara a diferença que faz um Estado atuante na luta pela expansão das fronteiras da Previdência Complementar, capaz de implementar na prática políticas públicas destinadas a disseminar novos planos previdenciários através do país. As bases legais e normativas sobre as quais repousa o sistema de fundos de pensão avançaram a passos gigantes, refletindo em especial uma postura das autoridades que traduz o entendimento segundo o qual é sua missão levar a segurança na aposentadoria a um número muito maior de trabalhadores. Por conta disso, abrangendo, hoje, direta e indiretamente um contingente de cerca de 6 milhões de brasileiros, os fundos se prepararam para dobrar de tamanho ao longo da década.

No entanto, ainda falta dar um passo, que começou a ser

ensaiado no momento da posse do novo secretário de Previdência Complementar, Leonardo Paixão. Ao ser investido no cargo, este anunciou o propósito do governo de propor a criação de uma nova superintendência para cuidar da supervisão e fiscalização dos fundos de pensão, dentro do espírito que norteou uma tentativa semelhante há pouco mais de um ano e que, mesmo não atraindo críticas quanto ao mérito da proposta, sucumbiu às lutas partidárias. O molde que se busca é o de uma autarquia, um organismo de Estado dotado de orçamento próprio e com muito melhores meios humanos e materiais para realizar a sua tarefa. Esse modelo teria condições de ir além do muito que já fez a atual Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, que, tendo à frente até outro dia o competente advogado Adacir Reis, formou uma equipe que se impôs por sua capacidade técnica e seriedade de propósitos.

O governo e o Congresso Nacional devem dar os passos necessários para que um organismo de Estado desse tipo se materialize, com isso oferecendo uma base ainda mais sólida para o salto que os fundos de pensão estão preparados para dar. O momento é favorável, uma vez que divididos em relação a muitos pontos, governo e oposição já deram mostras de convergir quando o assunto é a criação de um órgão de Estado voltado para a supervisão e fiscalização dos fundos. Assim, a proximidade das eleições não significa a impossibilidade de se votar a matéria, até porque o ano legislativo não se esgotará em novembro. Só não pode faltar aos políticos, como faltou no passado, a sensibilidade de que o assunto transcende as fronteiras partidárias e que estão em jogo os interesses maiores da nação.

Carente de uma previdência que ofereça maior proteção, assim como de poupança interna que permita à sua economia um crescimento sustentável, o Brasil sabe bem a importância desse salto dos fundos de pensão. Os brasileiros estão, assim, mais que nunca atentos à imperiosa necessidade de se fazer crescer um sistema tão essencial ao desenho de um futuro que se deseja melhor e mais justo.

*\* Fernando Pimentel é presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).*

# Seminário InterNews

## A Inteligência Competitiva no processo de Planejamento Estratégico

Em muitas empresas do Brasil e do mundo, a Inteligência Competitiva (IC) é uma poderosa arma no processo de Planejamento Estratégico, principalmente nas ações de monitoramento do mercado e da concorrência. A capacidade de gerenciar informações importantes e gerar conhecimento relevante para as empresas planejarem suas ações de curto, médio e longo prazos, é de extrema importância para aumentar a competitividade e a lucratividade nos negócios.

As organizações que ainda não implantaram ações de IC perdem a oportunidade de traçar com maior eficiência um planejamento estratégico de ações táticas e operacionais. E, além disso, encontram grandes dificuldades para conhecer e analisar a atuação estratégica dos seus principais concorrentes. Aprender a monitorar de forma inteligente o ambiente competitivo e identificar os sinais de mudanças são medidas que evitam falhas na elaboração e na implementação do planejamento estratégico e evitam prejuízos para as empresas.

**Aprenda a monitorar de forma inteligente o ambiente competitivo, evitando falhas na elaboração e na implementação do Planejamento Estratégico.**

**12** de setembro de 2006

**Mercure Paulista Hotel**  
São Paulo

**VAGAS LIMITADAS**

Ligue hoje mesmo para  
0800-177707 ou (11) 3751 3430

# INTERNEWS

Apoio



Desde 1993, mais de 30.000 pessoas já participaram dos seminários InterNews.

[www.internews.jor.br](http://www.internews.jor.br)

